



Universidade Estadual da Paraíba
Curso de Especialização em Fundamentação da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

Luciene Leal da Costa Barbosa

MONUMENTOS HISTÓRICOS E A CULTURA
LOCAL: Um olhar sobre o Complexo Cultural São
Francisco.

João Pessoa - PB
Janeiro de 2014

Luciene Leal da Costa Barbosa

**MONUMENTOS HISTÓRICOS E A CULTURA
LOCAL: Um olhar sobre o Complexo Cultural São
Francisco.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

João Pessoa - PB
Maio de 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B238m Barbosa, Luciene Leal da Costa
Monumentos históricos e a cultura local [manuscrito] : um
olhar sobre o complexo cultural São Francisco / Luciene Leal da
Costa Barbosa. - 2014.
58 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Eduardo Gomes Onofre, Departamento de
Educação".

1. Educação Patrimonial. 2. Patrimônio Histórico. 3.
Memória. 4. Centro Cultural São Francisco. I. Título.

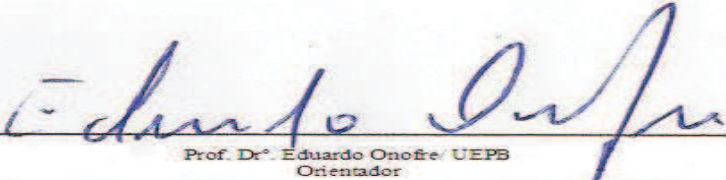
21. ed. CDD 363.69

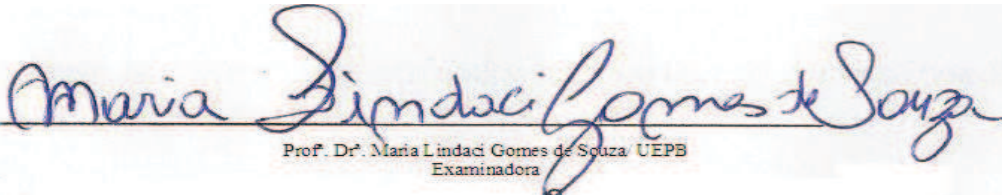
Luciene Leal da Costa Barbosa

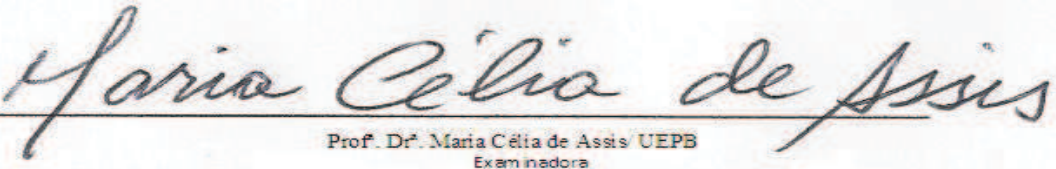
**MONUMENTOS HISTÓRICOS E A CULTURA LOCAL: Um
olhar sobre o Complexo Cultural São Francisco.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19/07/2014


Prof. Dr. Eduardo Onofre/UEPB
Orientador


Prof. Dr. Maria Lindaci Gomes de Souza/UEPB
Examinadora


Prof. Dr. Maria Célia de Assis/UEPB
Examinadora

À Deus, por ter me dado sabedoria, coragem e inspiração, transformando meu sonho em realidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, ao meu esposo (in memoriam) e aos meus filhos, pelo carinho, compreensão e a força de que me dotaram para vencer esta nova etapa da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu dedicado orientador, o professor Eduardo Gomes Onofre, pela paciência, incentivo, apoio, compreensão e amizade que tornaram possível a conclusão desta monografia, portanto, meu carinho e minha eterna gratidão.

Aos professores que dedicaram seu tempo e compartilharam experiências para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, nomeadamente às professoras Ingrid Farias Fachine de Oliveira e Maria José Guerra.

Aos amigos e colegas, em especial à minha amiga Nereida Soares Martins pela sua amizade, dedicação e incentivo constante.

RESUMO

Este trabalho se dedica a uma análise sobre o Centro Cultural São Francisco – João Pessoa, PB – e sua representatividade, enquanto importante patrimônio histórico local, entre os alunos adolescentes da rede pública estadual de ensino. No decorrer deste trabalho, abordamos o debate em torno do conceito de Patrimônio e a relação que estabelece com a Memória coletiva e os aspectos sociais, políticos e ideológicos por trás de sua elaboração. Assim, procuramos destacar os meandros em torno de uma memória instruída pela história escrita e o papel desempenhado pelos bens históricos patrimoniais na conformação de uma história local. Por outro lado, destacamos que essa memória coletiva pode ser relida por àqueles a quem pretende pertencer; uma releitura que dá margens à construção de novos significados. Para a investigação do tema proposto, foram utilizados como instrumento metodológico uma entrevista semiestruturada aplicadas com alunos da turma do 9º ano/diurno da disciplina de Artes da E.E.E.F.M. Tenente Lucena, em João Pessoa - PB. A presente investigação foi realizada em março de 2014 e, centrada no CCSF, buscou discutir a relevância da implementação de uma Educação Patrimonial no currículo escolar da Educação Básica, sendo esta implementação entendida como uma possibilidade de debater questões como diversidade cultural, expressões artísticas, história local e dinâmica dos espaços urbanos, consideradas fundamentais para uma formação educacional plena.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Centro Cultural São Francisco. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This work is devoted to an analysis of San Francisco Cultural Center - João Pessoa, PB - as an important heritage site and its representativeness among adolescent students in the state public school system. Throughout this paper we address the debate around the concept of equity and the relationship established with the collective memory and the social, political and ideological aspects behind its development. So we try to highlight the intricacies around a memory instructed by written history and the role played by historical heritage assets in establishing a local history. Moreover, we emphasize that this collective memory can be reread by those who want to belong to it; a reinterpretation can result in the construction of new meanings . For the investigation of the subject, semi-structured interviews applied to students in the 9th grade / day discipline of Art EEEFM Tenente Lucena, João Pessoa – PB, were used as methodological tools. Centered in CCSF, this study sought to discuss the relevance of implementing a Heritage Education in the school curriculum of basic education , with this implementation understood as a chance to discuss issues of urban spaces as dynamic cultural diversity , artistic expressions , local history and considered essential for a full educational training.

Keyword: Heritage; Memory; São Francisco; Cultural Center; Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Foto 1- Imagem frontal da Igreja de São Francisco

Foto 2- Detalhe de azulejos de cerâmica portuguesa que decoram o adro da Igreja de São Francisco

Foto 3- Imagem superior da nave principal

Foto 4 - Teto da Igreja de Santo de Santo Antônio

Foto 5 - Vista aérea do conjunto arquitetônico São Francisco

Foto 6 - Capela no interior da igreja de São Francisco, com rica talha.

Foto 7 - Passeio dos alunos da E.E.E.F.M. Tenente Lucena

Foto 8 – Detalhe do interior da Capela Dourada

LISTA DE SIGLAS

CCSF	Centro Cultural São Francisco
DEPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EEEFMTL	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tenente Lucena
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 - Introdução	9
2 - O direito de lembrar e o dever de não esquecer: Patrimônio e Memória	12
2.1 - A evolução conceitual do termo “patrimônio”	12
2.2 - Os usos políticos da memória	17
2.3 - O CCSF e a Educação Patrimonial	21
3. Percurso metodológico	25
3.1 - Tipo de pesquisa: Pesquisa Qualitativa	25
3.2 – Participantes da pesquisa: Os alunos da E.E.E.F.M. Tenente Lucena	29
3.3 - O Complexo Cultural são Francisco da Paraíba	30
3.4- Instrumentos metodológicos	33
3.4.1 - Entrevista semiestruturada	33
3.4.2 - Observação <i>In loco</i>	34
4. Apresentação e discussão dos resultados	37
4.1 – A noção de patrimônio artístico e cultural	37
4.2 – Importância de uma discussão sobre patrimônio local em sala de aula	39
4.3 – Importância da preservação do patrimônio local	42
4.4 – Sobre a valorização do CCSF	44
4.5 – A visita da escola ao CCSF	48
4.6 – Educação patrimonial no currículo escolar	50
Considerações finais	53
6. Referências	56
7. Anexo	59



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedica a uma análise sobre o Complexo Cultural São Francisco e o papel social que desempenha em nossa cultura local apoiada, em grande parte, sobre uma memória coletiva que confere identidade à nossa região. Nosso principal objetivo é compreender a importância do Centro Cultural São Francisco para os alunos de Artes do Ensino Fundamental da rede pública estadual. É uma discussão que envolve questões como Patrimônio, Memória e Educação Patrimonial. Acreditamos também na possibilidade de que, no decorrer desta investigação, possamos desvelar os processos que permeiam a construção de uma memória que pretende conferir identidade e, principalmente, quem são os sujeitos e os objetos desses processos. Tendo em vista a ausência de trabalhos publicados com o mesmo tema e que levem em conta a abordagem proposta, acreditamos estar contribuindo, ainda que de forma modestamente limitada, com novas perspectivas de análise que venham acrescentar ao conhecimento já produzido.

Além de ressaltar a importância do CCSF como monumento histórico, artístico e cultural, cuja importância está firmada no papel que desempenha na construção de uma memória local, e evidenciar o que têm feito os órgãos responsáveis pelas políticas de preservação e valorização patrimonial, pretendemos perceber o real resultado dessas políticas no que diz respeito à Educação escolar. Assim, levantamos o seguinte questionamento: de que forma uma parcela representativa dos nossos alunos da rede pública estadual percebem o CCSF como algo que lhes pertence de fato? É esta a questão motriz do nosso trabalho ao qual esperamos poder elucidar, da melhor forma possível, ao final desta pesquisa.

Em relação ao problema exposto acima formulamos algumas hipóteses que se prestarão às confrontações com o material coletado ao longo da pesquisa desenvolvida e resultaram em confirmação ou negação.

Nossa primeira hipótese diz respeito à questão patrimonialista de uma forma mais geral quando credita à “invisibilidade” relativa do Patrimônio histórico e artístico local, e do CCSF em particular, à insuficiência de programas e projetos relativos à educação patrimonial. Nesse sentido o CCSF permanece invisível em seu significado histórico e artístico mais profundo. Em nossas reflexões iniciais, atentamos também para a “ausência de sentido” que acreditamos estar no cerne do desinteresse popular em relações aos “ícones” da memória

local. Uma memória formulada por interesses políticos e acadêmicos que muitas vezes não correspondem aos anseios das classes populares.

Acreditamos que a quase totalidade do público responsável pelas visitas ao CCSF, é composta por pesquisadores acadêmicos e turistas de outros estados e que uma parcela significativa da população de João Pessoa, incluindo a população em Idade Escolar, não tem acesso, pela ausência de incentivos e programas educacionais, ao Centro.

Levantamos ainda a hipótese de que o nosso público escolar desconhece o valor histórico e artístico do CCSF e que ainda que tenha um conhecimento prévio a respeito do tema, o rejeita ou subverte. Essa subversão pode ser observada no desprezo ao patrimônio em questão e mesmo em atos claros de não-valorização/preservação (como por ex. nos atos de pichação e depredações).

Nosso trabalho propõe uma análise sobre como uma pequena amostragem da população “ordinária”, representada por alunos de Artes da rede pública, recebe e se apropria (resignifica), a educação patrimonial e as orientações culturais veiculadas pelo governo na forma de projetos e eventos culturais referentes ao C.C.S.F. orquestrados pelo poder instituído. Toda essa programação cultural serve a um propósito, geralmente relacionado à preservação de uma “memória instruída”, mas não podemos deixar de pensar, com Certeau (1998), que o que é transmitido não corresponde fielmente ao que é assimilado e que as pessoas comuns fazem usos diversos do que lhes é “vendido”. Isto quer dizer que precisamos levar em consideração a não-passividade do homem “ordinário” observando suas práticas cotidianas de reapropriação da memória instruída.



FUNDAÇÃO TRÓICA

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O DIREITO DE LEMBRAR E O DEVER DE NÃO ESQUECER: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

*“Quem controla o passado controla o futuro;
quem controla o presente controla o
passado”.*

George Orwell - 1984

A preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural de determinada sociedade está diretamente relacionada à possibilidade de acesso à Memória coletiva, direito de todos os grupos humanos. Tudo aquilo que resiste, ressalta ou caracteriza determinada época, compõe o conjunto patrimonial que exerce a função de referencial ou ponto de “intercomunicabilidade” entre gerações em meio ao fluxo temporal inexorável e, por isso, se torna parte da identidade coletiva de um povo.

Todo patrimônio é parte de uma herança cultural, testemunho vivo de diferentes fases vividas pelos grupos sociais. Sua preservação é atualmente entendida como um dever do Estado e um direito de toda comunidade. Não podemos ignorar que uma política de preservação eficiente deve ser integrada a comunidade, o que acontece apenas quando conseguimos atingir a Educação em todos os níveis. É fundamental àqueles que lidam com a Educação em suas esferas mais diretas, sobretudo os professores, saberem de que forma este processo está sendo conduzido em nossa cidade e este é um dos nossos objetivos específicos. A importância da inserção da temática do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico na educação escolar está no estreitamento da relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas os bens que configuram determinada memória social. A Educação Patrimonial participa do processo de inclusão social e aponta para a responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio.

2.1 – A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO TERMO “PATRIMÔNIO”

Em épocas anteriores, a palavra “patrimônio” designava bens materiais transmitidos hereditariamente. Em tempos recentes, a palavra e as concepções que a envolvem se ampliaram e adquiriram novos significados, sobretudo, com o acréscimo dos termos

“artísticos”, “histórico”, “imaterial” etc. Um bem se torna patrimônio quando há consenso sobre o valor que a ele se atribui e este valor está geralmente ligado ao passado. Assim, para além do valor material, predomina o valor cultural do bem que justifica todos os meios necessários a sua proteção. Mas devemos estar atentos ao fato de que a noção de Patrimônio passa a conter em si não apenas valores que se relacionam a rememoração, ligados ao passado, mas também de contemporaneidade, que se relacionam ao presente e seus anseios. Em todos os seus aspectos Patrimônio é um conceito que deve sempre ser pensado historicamente, pois seu sentido variou muito no tempo e no espaço.

A ideia de patrimônio como algo que precisa ser preservado, surge com grande força na Europa do século XIX que viu nascer as primeiras instituições e formulados os princípios de conservação patrimonial. A França revolucionária, que ansiava por uma Nova Era tanto quanto pela destruição de tudo que representasse o passado, foi responsabilizada pela destruição de incontáveis monumentos. As gerações posteriores, ciosas por repararem de alguma forma os excessos cometidos, deram início às políticas de preservação. Foi lá, portanto, que surgiu pela primeira vez uma visão idealizada e apoiada juridicamente dos monumentos histórico. Da mesma forma, a Inglaterra reconheceu ter sido vandalizada em seus monumentos ao longo do processo de Reforma religiosa por que passou no início da Idade Moderna e, já não temendo o passado, procurou recuperá-lo onde pudesse e preservá-lo, reconhecendo a importância de seus monumentos. Todo esse movimento foi alavancado pelo que Reginaldo Gonçalves (2002) denominou de retórica da perda, que se desdobra no dever de não esquecer. Na mesma época, a Itália começava a pensar a proteção dos monumentos como algo de suma importância, com o foco na restauração da arquitetura romana. Embora esses fossem casos exemplares, o processo se difundiu por diversos países entrando na pauta política da Nações. O Patrimônio passa a ser encarado como um mediador entre os mortos e os vivos. E também pensado como um fato social. Desde então os métodos e técnicas de conservação e restauração vem sendo debatidos e passam por discussões teórico conceituais as quais, por falta de espaço, não iremos nos ater no momento. Não é o caso de se afirmar que o consenso institucionalizado da importância do patrimônio histórico tenha garantido a conservação integral dos monumentos apontados como historicamente importantes. Mas inaugurou um processo que se desenvolve e ocupa cada vez mais espaço na pauta de interesses públicos.

O conceito moderno de Patrimônio, cujas raízes procuramos referenciar anteriormente, está, pois, relacionado à existência do Estado Nação. A ideologia nacionalista que se alastrou em fins do século XIX e início do século XX, contribuiu enormemente com a ideia

valorização e conservação do patrimônio. O Nacionalismo exige a construção de uma Nação na qual sua população possa se reconhecer e pela qual possa nutrir sentimentos fortes de patriotismo. Para tanto, é necessário a conformação de uma identidade coletiva nacional cuja estrutura se encontra no passado, na história comum de determinado povo. Mas não qualquer passado, um passado recortado e cristalizado de acordo com projetos políticos bem definidos. Daí uma seleção de monumentos a serem considerados históricos e o tipo de visibilidade que se pretendia dar a este monumento. Todos esses objetivos foram colocados em cheque pela destruição de proporções catastróficas causadas pela Primeira (1914-1918) e Segunda Guerras Mundiais (1938-1945), para em seguida serem retomados com empenho nas décadas posteriores ao conflito.

Se até o século XIX o conceito de patrimônio era restrito a um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico, outras características lhe foram acrescentadas ao longo do século XX. O monumento patrimonial passa a ser analisado, não mais de forma isolada, mais levando-se em consideração a integração com seu entorno que passa a ser visto numa relação essencial com a edificação¹. E foi assim que na XII Conferência da Unesco, realizada em 1962, foi aprovada recomendações sobre o entorno do monumento histórico². De acordo com Grammont, é nesse contexto que “o conceito de monumento se estende para algumas cidades e conjuntos urbanos, passando a ser percebidos com um papel memorial de monumento, enquanto edificações e estilos de vida” (2006, p. 439). Em 1972 uma nova conferência viria acrescentar o conceito de *lugares notáveis*, traçando em linhas gerais a discussão sobre patrimônio imaterial, ao mesmo tempo em que alargava o conceito de patrimônio histórico ao denomina-lo *cultural*, enfatizando a necessidade respeitar as tradições e costumes que compõem as cultura locais No entanto, foi apenas nas últimas décadas do século XX que o Patrimônio Cultural passou a abarcar efetivamente a cultura tradicional e popular, ressaltando a necessidade de um tratamento especial a ser dado às culturas que não são dominantes. A aceleração do processo que se denominou Globalização, também acirrou os debates voltados para a urgência de se conservar conjuntos históricos de forma a limitar a homogeneização e aculturação consequentes do fenômeno. Numa síntese da nossa “linha evolutiva” podemos afirmar com Grammont que,

¹ No Brasil, essa discussão sobre a preservação do monumento e seu entorno foi particularmente forte no contexto mineiro. A partir da segunda metade do século XX, cidades inteiras do interior foram consideradas históricas e, portanto, protegidas legalmente contra intervenções urbanas modernas que as alterassem e isso na prática quer dizer que o progresso só podem tocá-las de forma limitada. Podemos citar como exemplos as cidades de “Ouro Preto”, “São João Del Rey” e “Diamantina”.

²UNESCO. Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, n. 87, p.55-106 jul./ set 1962.

O Patrimônio Histórico passa a integrar o conceito de Patrimônio Cultural. Este, finalmente, dividido entre material e imaterial, engloba o conceito antropológico de cultura enquanto todo fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores e, dessa forma, o conceito entra no século XXI. (2006, p. 440)

Sabemos então que ao consagrar um bem como patrimônio histórico e cultural, o Estado pretende articular uma tênue ligação do presente com o passado, um passado que nada mais é do que construção/representação. Essa característica do Patrimônio permite que ele seja analisado como uma categoria de pensamento que permite uma análise das sociedades atuais. Não obstante, tentar-se investir o patrimônio de uma função memorial que se pretende despolitizada e natural, símbolo de uma memória coletiva em perigo, este é, como entende Silva (2010, p. 38), definido por um conjunto de ações políticas que valoram seus bens históricos com base nos saberes e na crença nutrida pela população sobre o seu passado, com vistas a compor o nacional e minimizar diferenças. Em meio a esse processo o saber histórico passa a atuar como instrumento de suporte para a construção da memória, atribuindo valores aos monumentos pré-selecionados. Estamos apontando aqui o “jogo de forças” que confere às instituições oficiais o poder de selecionar e decidir o que preservar. Trata-se, portanto, do que o historiador Pierre Nora (1993) apontou como sendo a construção dos “lugares de memória”; Uma memória fixa e institucional, tantas vezes deturpada. Concordando com Silva (2010, p. 39), acreditamos que “O patrimônio, enquanto formação discursiva seria estratégico para o Estado, pois permitira a destruição do passado, mantendo apenas um passado” (2010, p. 39). É o fim das versões conflitantes e o estabelecimento definitivo da versão dominante.

Ecléa Bósi (1994), que escreveu sobre a memória oprimida dos velhos, ressalta uma ação daninha que sufoca a lembrança: “trata-se da história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor em pisotear a tradição dos vencidos” (p. 19). Trata-se, sobretudo, de uma memória política. Pois,

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência para criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discursos”, “universos e significado” que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. (1994, p. 67)

A discussão sobre Patrimônio, inclui a memória, a história e a política. Mas também cultura e identidade. Temos observado que, nos últimos tempos, o patrimônio (agora além de histórico, cultural) é cada vez mais revestido da possibilidade de representação de diferentes grupos sociais, um marco indenitário com possibilidade de remeter não mais apenas à nação,

mas também a uma comunidade ou a um grupo. O que não se pode é perder de vista que a escolha dos monumentos a serem protegidos também se dá “de cima para baixo”, numa relação assimétrica de poder.

A ideia de Patrimônio atrelado ao Estado Nação e à retórica da perda se faz presente também no Brasil, cujo processo de institucionalização dos bens patrimoniais passa pela concepção deste como testemunha incontestada de um passado em comum, ameaçado por tempo demais. Acreditava-se que esse passado teria o poder de conferir identidade e coesão a uma jovem nação em desenvolvimento.

O debate intelectual promovido pelos modernistas, nas primeiras décadas do século XX aliou-se a reforma administrativa de Getúlio Vargas, iniciada na década de 30, trazendo à cena a questão patrimonialista. Em seu princípio, esta representou a consagração do período colonial e mais especificamente de seu patrimônio arquitetônico erudito, em especial luso brasileiro e religioso. É um momento que evidencia o desigual reconhecimento e valoração quanto às manifestações artísticas e culturais da sociedade brasileira. Neste processo foi criado em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, passando por reformulações constantes, passou a centralizar a questão patrimonial no Brasil. Em 1946 se tornou Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dephan) e, em 1970, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que, após uma série de mudanças de nomenclatura e status administrativos, foi reestabelecido definitivamente em 1994. Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. É a este órgão que estão vinculados os principais projetos e discussões, em caráter oficial, sobre seleção e preservação de bens patrimoniais.

A fase que vai de 1936 à 1967 ficou conhecida como a “fase heroica” do Brasil no âmbito da preservação patrimonial. Sob a coordenação do Iphan foram criadas equipes de restauração, formulação de diretrizes, instrumentos legais e um número significativo de tombamentos. Nas décadas de 70 e 80, a autarquia passa por uma renovação e se articula com outros órgãos governamentais ao mesmo tempo em que amplia seus recursos financeiros e estende o debate a respeito do conceito de Patrimônio que passa a englobar natureza e culturas. De acordo com essa concepção, o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o Patrimônio Cultural brasileiro se constitui de “bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 138).

No Brasil a reivindicação popular por políticas públicas de valorização patrimonial é uma pauta relativamente recente que se desenvolve lentamente e ao depararmos com o desamparo a que são submetidos alguns dos nossos patrimônios mais importantes, nos damos conta de que essa não é uma preocupação efetiva das esferas de poder que administram nosso país. E a consequência mais direta e preocupante deste fato é que isto se reflete na postura que a população em geral mantém com os elementos que compõem sua História e que normalmente se caracteriza pela negligência e “pouco caso”, sobretudo, se comparado com a relação mantida com o Patrimônio Histórico local e nacional nos países assim chamados de “Primeiro Mundo”. Na Paraíba não é diferente e nossas políticas de preservação e valorização deixam muito a desejar. Em 31 de março de 1971 foi criado um órgão voltado exclusivamente para a questão do patrimônio paraibano: o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba) foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.255, no governo de Ernani Sátyro, com o objetivo de preservar bens que não estavam sob a guarda do IPHAN. Mas apesar de todos os entraves burocráticos e desavenças políticas, o IPHAN e o IPHAEP vem atuando no sentido de concretizar esse processo de resgate pela sociedade de seu Patrimônio Cultural e em discursos que defendem que é pelo processo educacional estas práticas se efetivarão.

Como já vimos anteriormente, apoiados em critérios de seleção de cunho político, muitas vezes arbitrários, alguns monumentos são eleitos representativos o suficiente para não serem relegados ao descaso e esquecimento. É o caso do CCSF, sobre o qual tem sido implementado programas visando torná-lo um Centro Cultural atuante para a população local e, claro, para os turistas. O que nos cabe investigar é qual a parcela da população tocada por essas ações. Tendo em vista que uma pesquisa prévia à administração do CCSF nos revelou a existência de um controle relativamente rigoroso a respeito do público que visita o Centro, temos já um primeiro parâmetro para essa questão. Mas, partindo principalmente de entrevistas e sem excluir outros métodos, pretendemos obter indícios de como os jovens que compõem uma parcela da população “ordinária” participa, ou não participa, das atividades promovidas pelo referido Centro, sobretudo, o público escolar. Nesse caso tomamos como base alunos da disciplina de Artes da rede pública estadual, que, por motivos mais ou menos óbvios deveriam ser públicos cativos desse que é um dos maiores monumentos artísticos da Paraíba.

2.2 – OS USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1990), a memória é a propriedade de conservar informações a partir de um conjunto de funções psíquicas que nos permitem acessá-las e reinterpretá-las. A essas informações, chamamos lembranças. Embora seu conceito e funcionalidade venham sendo temas de estudos filosóficos e científicos há séculos, é nos tempos recentes que várias áreas do conhecimento humano têm se dedicado com afinco ao estudo da memória: Psicologia, Neurofisiologia, Sociologia, História entre outros. Há ainda a diferenciação entre a memória individual e a social, ou coletiva. A esta última é que dedicaremos nossa atenção.

Segundo Bergson o passado se conserva inteiro e independente no espírito e o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente, portanto, antes de ser atualizado pela consciência, toda lembrança vive e estado latente potencial (*apud* BÓSI, 1994, p. 51-52). Assim, o princípio central da memória será a conservação do passado que sobrevive em si mesmo, num estado inconsciente, e que pode ser evocado pelo exercício de lembrar. Essa concepção acabou relativizada pela teoria psicossocial de Maurice Halbwachs estudioso pioneiro no estabelecimento de um campo de estudo sobre as relações entre Memória e a história pública (*apud*, BÓSI, 1994, p.53 -56). Descendente da tradição da sociologia francesa, este autor, na esteira de Émile Durkheim e Augusto Comte, apontar para a precedência do “fato social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual. Halbwachs se dedicará, portanto, ao tratamento da memória como fenômeno social, pois para ele, o que importa são os “quadros sociais da memória”, compostos pelos relacionamentos que o indivíduo estabelece com a família, escola, trabalho, Estado etc. Enfim, com os grupos de convívio e referências familiares a este indivíduo.

Sendo assim, ao contrário de Bergson, Halbwachs vai afirmar que lembrar não necessariamente significa reviver, mas sim refazer, reconstruir, repensar, reler as memórias de experiência do passado. Pois, a memória não é sonho, mas sim trabalho (BÓSI, 1994, p. 55). Algo que construímos com os materiais que estão presentemente à nossa disposição.

Em realidade, há muito tempo que está superada a perspectiva de que a memória é um atributo somente individual. Estudos de diversa origem disciplinar coincidem no apontamento da natureza social da memória, em outras palavras, em sua experiência compartilhada e compartilhada. Pois, como já dito anteriormente, mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas. Acima de tudo, a memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos e desempenha, também, uma função importantíssima, na preservação da experiência histórica

acumulada, de valores e de tradições. Nas sociedades ágrafas, a memória pretende ser a depositária da própria história, assim também como em comunidades marcadas pela manutenção de forte tradição oral. Mas, mesmo nas sociedades que fazem amplo uso da escrita, a memória mantém importância, sobretudo a importância de seus usos políticos; no papel ou nas coisas.

A memória social tem sido um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. Trata-se de um tipo de memória que se refere não somente às lembranças vividas pelo indivíduo, mas também aquelas que lhe foram repassadas através das gerações. Em todo o caso, são lembranças entendidas como propriedade de uma comunidade ou um grupo e que são socialmente negociadas. Seja em tempos remotos da história ou no seio das sociedades ágrafas³ existentes nos dias atuais, sempre existira indivíduos dotados de uma memória treinada e que cumpriam uma função social de muita importância: eram os guardiões da história, reproduzida pela oralidade. Uma história constantemente sujeita às reinvenções. A escrita, por sua vez, transforma fundamentalmente a memória coletiva. É nesta ponte que a memória é instruída pela história e torna-se texto. O registro escrito torna-se um artifício mais sofisticado para guardar e disseminar a memória e é inegável que o registro escrito é um meio fundamental para sua preservação e comunicação. A memória histórica é aquela que estamos habituados a encontrar nos livros didáticos.

O tombamento de bens é uma etapa mais recente e o patrimônio é uma forma extremamente representativa de resguardo da memória coletiva. Nesse momento, atentamos novamente para um importante aspecto da memória constituído pela sua relação com os lugares. Os “lugares de memória” e os significados a ele atribuídos tem relação direta com a memória escrita e num contexto de desvalorização de tradições ligadas à oralidade, que paradoxalmente resulta numa “corrida” pelo seu registro escrito, é a escrita que legitima o patrimônio.

Portanto, aceleração da história contemporânea levou ao prestígio da noção de Patrimônio Histórico que se refere a bens de natureza material e imaterial que possuem valor significativo para uma sociedade e expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. O valor inerente ao patrimônio pode ser de esfera estética, artística, científica, espiritual, ecológica etc. Sua preservação é regida por políticas públicas que, no entanto, demandam do que Ricouer (2003) chamou de “dever de memória”, uma noção moral que se traduz pelo “dever de não esquecer”. Um discurso pelo qual, aliás, os

³ Sociedades ágrafas são aquelas que não desenvolveram nenhum sistema próprio de escrita e que costumam manter sua memória histórica e normas coletivas por via oral.

historiadores muito agradecem, pois, em sua ambição pela verdade, se põem a confrontar os resquícios materiais e imateriais de memória, que possibilitem um diálogo com o passado. No entanto, esses “relatos” de memória só podem servir de referência a um tempo real e coerente ao se prestarem à uma narrativa, mais propriamente, à uma narrativa histórica. É precisamente neste momento que a Memória se torna “instruída” pela história (Ricouer, 2003). Trata-se, portanto, de uma memória instruída pela escrita, mas também pela leitura. Segundo o historiador e filósofo francês Michel de Certeau (1998, p. 50), a leitura introduz uma “arte” que não é passividade. Mesmo que nos detenhamos mais comumente sobre o processo de produção da história, não podemos ignorar a segunda etapa, não menos importante, de recepção. É com este conceito de memória que pretendemos trabalhar e que se situa na etapa de recepção da história, ou, reapropriação do passado. Já apontamos anteriormente que este refazer da memória é, na verdade, uma releitura sobre o passado e “a experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador” (BÓSI, 1994, p. 59).

Temos assim que submeter a memória ao contexto e a uma convenção. Esta memória é trata e estilizada pelo grupo social e ideológico no qual ela se desenvolve. A matéria da recordação está condicionada pelo interesse social do fato lembrado. A memória das pessoas está sempre submetida a este longo processo, ao final do qual sempre “fica” o que “significa”. E o que “significa”, nunca o é do mesmo modo, pois foi submetido a lembranças contextualizadas.

Não podemos negar que a memória, quando transformada em senso comum, torna-se uma referência de coesão identitária que responde à cultura política de uma determinada sociedade, representando interesses de certos setores ou da comunidade como um todo. Portanto, a memória é uma construção mediada por relações de poder hierarquizadas, cujo projeto se realiza segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos, culturais, etc. Isto não é produto do acaso; é sim, resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural.

E qual o papel desempenhado pela História? Ele é o mediador e intervém segundo os critérios citados acima. O historiador ocupa um lugar institucional; é de lá que ele transforma memórias em história. E essa memória, ao ser mais ou menos idealizada, exige a intervenção dos historiadores para revelar o real possível de ser alcançado. Se há interesses parciais definindo uma memória colocada como comum a toda uma coletividade, é evidente que elementos de tensão e questionamento certamente resultarão da ação do historiador sobre ela.

As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Podemos inferir desse debate que a memória, portanto, é um lugar de disputa e se relaciona com as formas de controle, manipulação e deformação que sofre o próprio conhecimento histórico.

Além da memória, temos que lidar ainda com os esquecimentos propositais, ou melhor dizendo, com as memórias confiscadas. Evidentemente que se há usos da memória, há também, usos do esquecimento. Isto aponta para a possibilidade de até instrumentalizar os esquecimentos: há esquecimentos que são usados ou que são usáveis para certos fins. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência. Portanto, assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Le Goff (1996), mais uma vez, é esclarecedor quando afirma que:

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 426)

A partir deste debate, algumas questões nos saltam aos olhos e exigem um pouco da nossa atenção: Como conviver diante das memórias silenciadas, embora não completamente esquecidas? Como lidar com os silêncios impostos, sendo que é justamente a memória coletiva um fator de identidade de uma comunidade? E, principalmente, quais os danos causados a determinados grupos pela inacessibilidade de um passado bloqueado?

2.3 - O CCSF E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Se referências anteriores foram feitas ao descaso e a invisibilidade pela qual passa o CCFS para a grande maioria dos pessoenses, não foi para acusar a população de alienação cultural nem fazer pouco caso dos esforços empreendidos pelos órgãos responsáveis pela questão patrimonial na cidade. Afinal de contas o CCSF é um dos poucos privilegiados em termos de atividades “visibilidade propagandística”. Se fosse colocado dessa forma o problema pareceria artificial e igualmente demandaria soluções artificiais. A questão da visibilidade e invisibilidade diz respeito ao sentido atribuído, por parte da população, ao CCSF. A uma grande dificuldade em produzir estratégias educacionais para a valorização de patrimônios nacionais como o CCSF e o motivo é que ele representa, em termos de significado histórico, uma realidade muito distante do cotidiano dos alunos cujo interesses queremos tocar, no caso deste trabalho, muito distante dos alunos da E.E.E.F.M. Tenente Lucena no bairro dos Ipês. Sendo assim, como fazer com que eles se importem com um bem tombado pelos órgãos nacionais e estaduais de preservação e que, até então, se identifica

muito mais com o “outro” do que consigo. São problemas que podem ser foco de reflexão na prática efetiva da Educação Patrimonial. Desvelar contextos e atribuir elos, ensinado que a história vinculada àquele monumento, pertence à todos: pessoenses, paraibanos, brasileiros.

Neste ponto, uma ressalva deve ser feita, pois quando falamos em propor reflexões e atribuições de sentido, não queremos dizer imposições e sim construção. Construção pressupõe a participação ativa e a recepção respeitosa pois, como já foi dito, para além de uma memória cristalizada, oficial e repassada de cima para baixo, temos a memória reformulada no momento da recepção. Compreender e respeitar esse processo e o resultado proveniente deve fazer parte do horizonte metodológico de todos os professores que se propõem a trabalhar com essa área do saber. Isso significa não tratar como heresia as representações assumidas pelos alunos ao longo do processo intelectual.

No que diz respeito ao foco da nossa pesquisa, o C.C.S.F. nos surge como um bem material dotado de valor histórico, cuja preservação serve ao “dever de não esquecer”. Trata-se de um canal de comunicação com o passado e construção da nossa memória local e nacional. De acordo com Garcia (1996, p.4) “a memória nacional é, em realidade, formada de memórias nacionais. Ela recobre as formas pelas quais as distintas classes e segmentos sociais foram constituindo, nos embates da história, suas identidades”. Acredito que o mesmo possa ser dito a respeito da cultura local e nos cabe investigar a quem está associado a “identidade” que o C.C.S.F. procura representar e como todo esse projeto é recebido pela população. Ou, em outras palavras, qual a reapropriação que é feita do discurso oficial a respeito da nossa memória local? Que outros olhares são lançados sobre o CCSF? E neste caso, estamos levando em consideração a fragmentação da memória (local, de classes, de segmentos sociais etc.), que resulta na existência de olhares diversos. É fundamental que essas perspectivas não sejam ignoradas e que programas culturais e projetos de Educação Patrimonial abordem a discussão. Concordamos com Menezes quando este diz que “a orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio cultural dependem, visceralmente, de nosso projeto de sociedade, do tipo de relações que desejamos instaurar entre os homens” (1991, p. 194). Se não quisermos recair numa proposta Patrimonial carente de sentido devemos levar em consideração que, ao circular, os conhecimentos produzidos se movimentam e se reinventam dando origem a novos significados que também devem ser reconhecidos. Neste ponto, gostaria de citar novamente Michel de Certeau que, ao esboçar uma teoria das práticas cotidianas, apresenta uma interessante forma de encarar a questão ao afirmar que “é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pela operação

de seus usuários” (1998, p. 13). Lembrando ainda que o binômio escrita/leitura, referenciado anteriormente, pode também traduzir-se em produção/consumo de bens culturais.

Nosso trabalho propõe uma análise sobre como uma pequena amostragem da população “ordinária”, representada por alunos de Artes da rede pública, recebe e se apropria (resignifica), a educação patrimonial e as orientações culturais veiculadas pelo governo na forma de projetos e eventos culturais referentes ao C.C.S.F. orquestrados pelo poder instituído. Toda essa programação cultural serve a um propósito, geralmente relacionado à preservação de uma “memória instruída”, mas não podemos deixar de pensar, com Certeau, que o que é transmitido não corresponde fielmente ao que é assimilado e que as pessoas comuns fazem usos diversos do que lhes é “vendido”. Isto quer dizer que precisamos levar em consideração a não-passividade do homem “ordinário” observando suas práticas cotidianas de reapropriação da memória instruída.

Também devemos considerar toda a carga simbólica evocada pelo próprio monumento em questão. O nosso C.C.S.F. é por demais representativo de uma cultura erudita dominante e opressora para constituir de forma pacífica uma memória coletiva popular. Claro que se trata de uma herança histórica comum de todos, mas constituinte da identidade de quem? Não podemos ignorar o fato de que o culto pelo passado se alia, muitas vezes, ao conservadorismo social identificando-os com categorias sociais já em declínio (LE GOFF, 1990, p. 221). Essas são questões que sabemos não estarem sendo travadas em âmbito público, mas que deveriam constituir o conhecimento produzido e reproduzido na Educação patrimonial.

Os nossos jovens alunos precisam refletir sobre a existência de dois tipos de patrimônios: Àqueles que herdamos, e que normalmente se relacionam a um patrimônio ligado ao Estado, e àqueles que são reivindicados e que se vinculam à memória social e comunitária. Precisam aprender, para além da necessidade de preservar, do “por quê” preservar e em que isso lhes diz respeito. Conhecendo as múltiplas possibilidades patrimoniais serão capazes de reconhecer a diversidade cultural, cujo respeito e valorização se compõe um serviço de cidadania.



ଉତ୍କଳର ଉପରାଜ୍ୟର ମଧ୍ୟ ଭାଗରେ ଥିବା

3. PERCURSO METODOLÓGICO

As análises empreendidas nesta pesquisa foram efetuadas a partir de um olhar interacionista e interpretativo, amparado pelas prerrogativas de uma pesquisa de caráter qualitativo e com a intensão de que os sujeitos investigados se assumissem ativamente. Sendo assim, nossa opção teórico-metodológica passou a desempenhar o papel de fio condutor na escolha dos instrumentos de pesquisa a serem empregados. Partimos da compreensão de que a pesquisa de campo não pode ser encarada meramente como uma fase de coleta de dados sobre a realidade e que a fase seguinte, de análise a apresentação desses dados, exige que sejam feitas as devidas problematizações acerca de como foram construídas. Algo que, de maneira alguma, deve ser incoerente com o referencial teórico-metodológico assumido, pois, enquanto os recursos da pesquisa são os instrumentos, a metodologia é a forma como organizamos e utilizamos estes recursos, orientando o pesquisador nas etapas da pesquisa.

Os instrumentos metodológicos assumidos nesta pesquisa foram a entrevista semiestruturada e a observação *in loco*⁴. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 4 alunos do mesmo ano da E.E.E.F.M. Tenente Lucena. As observações *in loco* foram realizadas no período de 07 de dezembro de 2013 à 20 de janeiro de 2014. As referidas observações eram realizadas duas vezes por semana, nas segundas-feiras e sextas-feiras. As entrevistas, um total de 4 encontros e sessões de observação de quatro horas cada encontro.

3.1 TIPO DE PESQUISA: PESQUISA QUALITATIVA

Neste tópico iremos esclarecer a opção metodológica que norteou esta pesquisa, pautada na análise qualitativa dos dados, procedendo uma incursão sobre as técnicas e características que tiveram maior relevo no decorrer dos trabalhos empreendidos.

Em tempos recentes, a pesquisa qualitativa vem se tornando uma opção metodológica privilegiada entre aqueles que se interessam por questões relacionadas ao social. Um certo número de autores vem tentando enquadrá-la de acordo com um conjunto de regras e procedimentos que a caracterizariam. É o caso de Garnica (2004) que oferece as seguintes características gerais para as pesquisas qualitativas:

⁴ *In loco* é uma expressão em **latim**, que significa "**no lugar**" ou "**no próprio local**" e é equivalente à expressão *in situ*.

(a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese *a priori*, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configuradas; e (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas (p. 86).

Não obstante, se faz importante destacar que não se trata de um conjunto de regras rígidas e que há certa fluidez e flexibilidade entre esses aspectos, tudo a depender das especificidades e finalidades da pesquisa a ser empreendida. Trata-se de uma área de pesquisa em franca expansão e, portanto, com parâmetros e concepções ainda em construção.

Esta linha investigativa, por vezes denominada interacionista, surge em oposição às práticas de caráter positivista que se destacam pela análise quantitativa. O embate entre essas duas visões metodológicas se faz presente no campo das ciências humanas e sociais e é ocasião de críticas, reflexões e reconstruções teóricas constantes. A Escola Positivista, teve seus ideais personificados na figura de August Comte que, entre 1830 e 1842, publicou a obra *Curso de Filosofia Positiva*, alcançando grande prestígio no meio acadêmico. O positivismo prescreve que o comportamento humano só pode ser estudado, para além do método experimental, através de levantamentos amostrais. E que a análise destes levantamentos deve ser realizada por meio do uso sistemático dos métodos das ciências naturais, sendo este o único caminho confiável para um conhecimento seguro. Tratou-se, antes de mais nada, de uma tentativa por purificar a ciência das especulações de caráter teológico e metafísico, que, de acordo com Comte, se fizeram proeminentes em estágios menos avançados do desenvolvimento intelectual humano (COSTA, 1959). A respeito de Comte, Moreira (2002, p. 45) afirma que:

(...) argumentava que o método científico, que ele supunha diretamente adaptável das ciências naturais, poderia prover os meios fundamentais tanto para desenvolver o conhecimento acerca da condição humana, como para desenvolver formas mais efetivas de lidar com essa condição.

No entanto, embora tenha deixado sua marca ao longo de todo o século XX e ainda seja a aposta metodológica dos pesquisadores mais tradicionais, a proposta de se empregar o mesmo método para diferentes áreas do conhecimento, com objetos de estudo essencialmente diferentes, culminou em conflitos epistemológicos que hoje põem em cheque o paradigma científico estabelecido. A pesquisa social lida com sujeitos históricos, que não são passivos e se relacionam entre si e com o ambiente numa construção e reconstrução interminável de

significados. A pesquisa que se propõe a objetivar os sujeitos de seu estudo, acaba por “coisifica-lo” e restringir suas próprias possibilidades de análise.

As pesquisas qualitativas também são chamadas de *Interpretacionistas*, pois, de acordo com este posicionamento teórico, a vida do homem em sociedade é, antes de mais nada, uma atividade interativa e interpretativa, realizada e estudada pelo contato com as pessoas. A crítica tecida pelos positivistas a esta concepção reside na consideração de que os níveis de subjetividade presentes numa análise deste tipo a desqualifica como sendo não científica. Sob este ponto de vista, toda interpretação resulta de uma interação e, portanto, quem interpreta também interfere, contamina. Se esta não é uma crítica desprovida de razão, pode ser atenuada, em primeiro lugar, pela consciência do pesquisador a respeito de sua própria subjetividade e pelo compromisso ético que estabelece em intervir, de forma controlada, na realidade que pretende investigar. Mas, principalmente pela obrigação de levar em conta o papel desempenhado pela sua subjetividade e explicitá-los na análise dos relatórios alcançados. De qualquer forma, não parece haver outro método de investigação para quem se propõem a analisar sujeitos atuantes na construção dos sentidos que atribuem às relações e contextos variados. Trata-se de análise complexas, para o qual métodos simples ou disciplinados não se adequam.

Consideramos, ao optar pela pesquisa qualitativa, que, se o objeto de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas no desenrolar de suas relações e atividades, devemos considera-lo não apenas como agentes capazes de interpretar o próprio mundo, mas também capazes de compartilhamento e incorporação de sentidos, na medida em que interagem e refletem sobre suas experiências cotidianas. Convém lembrar que tal faculdade inexistente entre os objetos das ciências naturais, para os quais as análises estritamente objetivas são aplicadas. Mas a questão, novamente destacada, é que também os investigadores, comumente chamados de os sujeitos da pesquisa, ao imergir no universo dos seus investigados para chegar às suas motivações e comportamentos reais, também intervém na realidade em que atuam. É o que os positivistas chamam de contaminação dos dados, mas que pode ser entendido também como o ônus de trabalhar-se com um método complexo. De qualquer forma, o reconhecimento deste fato foi considerado nas análises procedidas no decorrer deste trabalho. Concordamos com Oliveira (2004, p.7) quando, sobre a pesquisa qualitativa, afirma que:

Uma justificativa dada, para que essa técnica seja válida enquanto instrumento científico de investigação, é o fato de ela ser controlada e sistemática, implicando ‘a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador’.

Segundo as autoras Menga Ludke e Marli André (1986), pesquisas que optam pela análise qualitativa dos dados tem se tornado recorrente em estudos que envolvem o ambiente educacional, por apresentar potencial para elucidar questões relacionadas à escola, cuidando em refletir sobre o processo ensino-aprendizagem e situando-o dentro de um contexto sociocultural. Além das autoras já citadas, também para Oliveira (2004, p. 15):

Os investigadores que tomam o ambiente de educação como objeto de pesquisa, entendendo que nesse lugar o processo das relações humanas é dinâmico, interativo e interpretativo, devem construir seu arcabouço metodológico alicerçado pelas técnicas qualitativas. Dessa forma, essa escolha teórica fica justificada quando pensamos nos “agentes interpretativos”, de Prus (apud MOREIRA, 2002), ou seja, as pessoas interpretam seu mundo, compartilhando o seu modo de ver com outros que, por sua vez, também interpretam.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa se apresenta como a escolha deste projeto que se propõe a retratar a complexidade de uma situação em particular – como os alunos da E.E.E.F.M. Tenente Lucena entendem a questão patrimonial a nível local, mas especificamente, como percebem o CCSF enquanto monumento detentor de uma memória que pretende se referir a todos os paraibanos – e, ao mesmo tempo, focalizar o problema em seu aspecto geral. A escolha dessa temática de trabalho vem se construindo ao longo dos últimos anos, em que o debate acadêmico em torno da Educação Patrimonial tem se tornado cada vez mais premente. No entanto, a experiência de sala de aula, no ensino da disciplina de Artes, tem revelado a ausência de conteúdos escolares específicos, bem como projetos voltados para a Educação Patrimonial e o resultado pode ser sentido no sentimento implícito de uma memória histórica local entre os alunos da rede pública estadual.

Na fase exploratória desta pesquisa, observamos a ausência da noção de Patrimônio Artístico e Cultural entre a maioria dos alunos para, num segundo momento, delimitar o estudo desta questão àquele que é um dos mais referenciados monumentos da cidade, localizado naquele que é comumente considerado o principal “lugar de memória” de João Pessoa: O Centro Histórico. Nesta fase realizamos uma aula de campo, na qual os alunos das turmas selecionadas para esta pesquisa visitaram o CCSF e também as entrevistas semiestruturadas entre os alunos, destas mesmas turmas, que se voluntariaram. Num terceiro estágio, foram realizadas a análise sistemática dos dados coletados e seu registro em um relatório, apresentado mais adiante, no capítulo 4.

Diante do exposto, pudemos observar os elementos mais relevantes da pesquisa qualitativa ou, pelo menos, àquelas que se destacam na perspectiva teórica deste trabalho e

que foram observadas por Moreira (2002) em seu trabalho sobre *O método fenomenológico da pesquisa*. Em primeiro lugar, o interesse em interpretar a situação sob o ponto de vista dos próprios participantes, desvelando a subjetividade em vários níveis. Em segundo lugar, a condução do estudo com flexibilidade e interesse voltado não apenas ao resultado, mas, principalmente, ao processo, com o objetivo de entender, de forma clara, a situação em análise. Em terceiro, o trabalho desenvolvido num contexto que se relaciona com as pessoas envolvidas. E, por fim, o reconhecimento de que há uma influência recíproca entre o pesquisador e a situação pesquisada.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA – OS ALUNOS DA E.E.E.F.M TENENTE LUCENA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tenente Lucena fica situada na Av. Maria Ester Mesquita, S/N, Bairro dos Ipês, em terreno próprio pertencente ao Estado da Paraíba. Foi fundada no dia 05 de junho de 1985, no governo de Wilson Braga, através de Decreto de criação nº 11048. Os diretores designados foram Emanuel Moreira, que ainda ocupa o cargo atualmente, e Giselda Chaves. A denominação da escola deu-se em homenagem a João Emídio de Lucena, que ficou conhecido como Tenente Lucena. Segundo a biografia escrita pelo seu filho, Piragibe de Lucena (1986), o militar nasceu em Campo Grande, cresceu como músico e tornou-se um dos maiores folcloristas brasileiro, adotando para sua vida o ideal de servir ao próximo, notadamente às crianças. Fundou corais infantis e abrigos de menores carentes e foi também sócio fundador da Orquestra Sinfônica da Paraíba, tenente do exército e autêntico representante da cultura popular paraibana e nordestina. Tenente Lucena, que teve grande influência na fundação da nossa escola, faleceu em João Pessoa um mês depois da inauguração, no dia 09 de julho de 1985.

Embora localizada em bairro circunvizinho, a Escola Tenente Lucena tem a maioria de seus alunos residentes no Bairro de Mandacaru e os que não o são, o frequentam constantemente. Sabemos que nos últimos anos, a imagem do bairro de Mandacaru, oferecida pela mídia local, ressalta o ambiente de violência extrema relacionada ao tráfico e consumo de drogas entre diversos outros delitos vinculados ao mundo do crime. Notícia constante nas páginas policiais, Mandacaru, tornou-se sinônimo de pobreza, violência e repressão policial. Na maior parte dos alunos, podemos observar sentimentos de baixa autoestima e muitos dos que assim não procedem assumem a atitude oposta e extremamente perigosa de se identificar com o aspecto negativo do bairro, ostentando orgulho pela periculosidade que o afama ou

procurando reproduzir na escola os comportamentos violentos que observavam em seu meio. Trata-se de alunos com limitada participação em atividades culturais ou esportivas extraescolares. A indisciplina e o baixo rendimento escolar crescem em níveis alarmantes em todo sistema nacional brasileiro e na E.E.E.F.M. Tenente Lucena a situação não é diferente, tendo em vista os números preocupantes relacionados a evasão e reprovação.

De acordo com os últimos resultados obtidos pelo IDEB (2009/2011) esta escola obteve nota referencial 4.0. Embora um avanço sutil tenha sido verificado em relação ao último índice (3.9), a E.E.F.M. Tenente Lucena ficou aquém das metas projetadas para 2011 (4.8). Já de acordo com o IDEB/PB, tivemos uma melhoria ao final no Ensino Fundamental I conseguindo a nota 4.1 na Avaliação do 5º ano. Ao mesmo tempo tivemos uma diminuição na nota relativa ao 9º ano do ensino Fundamental II, que registrou a pontuação de 3.37, deixando grande margem de preocupação entre a equipe docente da Escola. O problema faz parte de um contexto de desinteresse dos alunos que não se sentem atendidos em suas necessidades pela escola. Este não é um problema particular desta unidade já que estudos diversos apontam a Escola como sendo um ambiente cada vez mais desprovido sentido, do ponto de vista do alunado. Acreditamos que a inserção de conteúdos escolares mais significativos e passíveis de reflexão, como é o caso da Educação Patrimonial, possa contribuir com o melhor desempenho e aproveitamento dos alunos na Escola.

Restringimos, no âmbito desta pesquisa, o estudo com os alunos do último ano do ensino fundamental pois gostaríamos de analisar os conhecimentos vinculados à Educação Patrimonial até aqui por estes alunos, tendo em vista que estão na fase final de uma importante etapa da educação escolar brasileira: o ensino fundamental II, base da Educação Escolar.

Os alunos em questão estão divididos em duas turmas A e B, compostas por 24 alunos, regularmente matriculados, cada. A faixa etária varia dos 12 aos 20 anos de idade, tendo como idade média dos alunos, 15 anos de idade.

3.3- O COMPLEXO CULTURAL SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA

O conjunto arquitetônico do São Francisco, localizado na cidade de João Pessoa (PB), começou a ser construída logo após a conquista da Capitania da Parahyba e fundação da Vila de Nossa Senhora das Neves, em 1589. A conclusão da obra, no entanto, só ocorreu quase duzentos anos depois, no ano de 1788. Nos dias atuais, é considerado um dos mais importantes monumentos histórico-artístico do período colonial caracterizado pelo “barroco

rococó” (MARY, 2006, p.3). O conjunto encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional desde 1952. A edificação dessa importante Igreja foi uma iniciativa da Ordem religiosa de São Francisco que, tal qual ordens religiosas que compunham o clero regular no período, tinha como objetivo principal incentivar a catequese de nativos e zelar pela manutenção da religiosidade cristã numa terra que acreditavam estar propensa ao pecado. É inegável o fato de que o Convento desempenhou um importante papel na ocupação da região através do trabalho missionário realizado pelos frades e que era responsável, em grande parte, pelo abrandamento das tensões entre colonizadores portugueses e grupos indígenas. Ao longo do processo de colonização fundaram aldeamentos do litoral ao sertão. Segundo a historiadora Carla Mary (2006):

A primeira versão do Convento de Santo Antônio da Paraíba era apenas um singelo prédio de taipa, cuja construção foi iniciada em 1589, mas já nos primeiros anos do século XVII os frades começaram a ampliá-lo, substituindo as toscas paredes originais por alvenaria de pedra calcária retirada do próprio sítio pertencente à ordem seráfica... (p. 2)

No século XVI, durante o período de ocupação holandesa, os franciscanos foram desalojados e as acomodações da Igreja passaram a servir como residência oficial de importantes administradores do governo holandês. Finda a ocupação, os frades franciscanos voltaram a viver no convento até o ano de 1885 quando, por decreto imperial do já agonizante reinado de Dom Pedro II, as instalações do edifício foram utilizadas no funcionamento de um Hospital Militar e uma Escola de aprendizes marinheiros. Foi apenas na segunda década do século XX, após ser criada a diocese da Paraíba, que o primeiro bispo da província, Dom Adauto de Miranda Henriques, recuperou o prédio para fins religiosos com a criação de Seminário e de colégio diocesano. O lugar permaneceu nesta função até 1964 quando o governo o reivindicou para instalação de novas instituições. O conjunto arquitetônico do São Francisco foi fechado para restauração em 1979 e foi reaberto onze anos depois, já como Centro Cultural de São Francisco.⁵

A História da Igreja, Convento e anexos, se confunde com a própria história da capital paraibana. Tendo sido, a princípio, apenas uma construção simples, de taipa, composta por apenas doze celas e um claustro em meio a uma terra inóspita, seu desenvolvimento acompanhou o desenvolvimento urbano da Vila e a Igreja passou por uma série de reformas e

⁵ O Centro Cultural de São Francisco é composto por um complexo arquitetônico formado pela Igreja de São Francisco, convento de Santo Antônio, Capela da Ordem Terceira de São Francisco, a capela de São Benedito, a Casa de Oração dos Terceiros, o Claustro da Ordem Terceira, o adro com um cruzeiro e uma fonte.

ampliações até fins do século XVIII, quando já apresentava a configuração geral que conhecemos atualmente.

Todo o conjunto reúne os principais elementos do cânone arquitetônico comum às construções empreendidas pela ordem medicante ao longo do nordeste brasileiro. Cânone este que já vinha sendo sistematizado em tempos passados, nas terras de além-mar e que se adaptaram, adquirindo novos significados nas nossas terras. É uma obra de arte construída ao longo de duzentos anos de recuos e avanços, que ressalta a perseverança e o desejo de tutela religiosa. Este último pode ser desvelado nas imagens e decorações variadas presentes nas Igrejas do conjunto, cujo principal objetivo era forjar um modelo exemplar para os frequentadores da Igreja, sejam fiéis, noviços ou padres. Esse modelo de santidade e boa vida cristã encontra-se expresso nas personagens de São Francisco e Santo Antônio, cujas vidas estão “narradas” nas paredes.

Sendo uma importante expressão da arte barroca colonial, está repleta de alegorias que se prestavam perfeitamente ao espírito de propaganda religiosa que está no cerne deste estilo artístico. Todo o poder da linguagem alegórica consiste em reduzir conceitos às imagens que são capazes de impressionar, tocando de forma direta a sensibilidade do expectador. Um meio dos mais eficazes de doutrinação que se mostrava ainda mais eficiente numa sociedade de maioria iletrada. Trata-se de uma arte repleta de simbolismo, poesia, mas também de princípios didáticos definidos. De qualquer forma, foi feita para impressionar.

Um importante historiador da Arte, o francês Germain Bazin, considerou a Igreja de São Francisco “um dos monumentos arquitetônicos mais perfeitos do Brasil” (BAZIN, 1983, p. 149). Na mesma época, após conhecer a Igreja, Mario de Andrade expressa sua admiração:

Chego no pátio do convento de S. Francisco e paro assombrado. [...] Do Nordeste à Bahia não existe exterior de igreja mais bonito nem mais original que este. E mesmo creio que é a igreja mais graciosa do Brasil – uma gostosura que nem mesmo as sublimes mineirices do Aleijadinho vencem em graciosidade. Não tem dúvida que as obras de Aleijadinho são de muito maior importância estética, histórica, nacional e mesmo as duas S. Francisco de Ouro Preto e S. João Del Rei serão mais belas, porém esta da Paraíba é graça pura, é moça bonita, é periquito, é uma bonina. Sorri. (ANDRADE, apud MARY, 2006, p. 3)

O assombro do nosso ilustre personagem brasileiro e do pesquisador estrangeiro sugerem algo de que parece faltar a nós, contrerrâneos do monumento: os sentimentos de valorização e respeito por este importante patrimônio, portador de tanto significado e beleza. A Educação escolar tem um papel fundamental a cumprir nesse processo, sendo o meio através do qual o conhecimento histórico e artístico conduz ao reconhecimento sobre a

necessidade de investir em meios de manutenção, conservação e restauração dos monumentos que resistiram ao tempo e se tornaram guardiões de nossa história.

3.4- INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Como já dito anteriormente, os instrumentos de investigação deste trabalho incluem observação *in loco* e roteiros de entrevistas semiestruturadas a serem trabalhadas com os alunos da disciplina de Artes que cursam o 9º ano do ensino fundamental II na E.E.E.F.M. Tenente Lucena, localizada no Bairro do Ipês, em João Pessoa. As entrevistas são vistas como uma possibilidade de conhecer as ideias pré-concebidas dos alunos a respeito do conceito de patrimônio histórico e artístico e, especialmente, sobre o CCSF. As entrevistas realizadas terão caráter exploratório, com questões, direcionadas aos objetivos já indicados, que deverão ser formulados numa linguagem simples e direta, adequada ao grupo que será consultado. Nossas observações *in loco* darão ênfase ao cotidiano escolar dos alunos, bem como também à sua realidade cultural (participação em festividades, eventos culturais, visita de pontos turísticos consagrados na cidade etc.).

3.4.1 – Entrevista Semiestruturada:

Como já foi ressaltado, a entrevista é um dos principais instrumentos de pesquisa e desempenha um importante papel nos estudos científicos, sobretudo, por permitir a consulta a qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos, com a captação imediata e corrente na informação que se deseja obter. A entrevista foi definida por Moreira (2002, p. 54), como sendo “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente” e podem ser classificadas em: estruturadas, não estruturadas ou semiestruturadas.

No âmbito desta pesquisa optamos pela entrevista semiestruturada que se localiza ao meio caminho entre os extremos dos dois outros tipos de pesquisa. Nela existem perguntas pré-determinadas que podem ser respondidas com certa liberdade pelo entrevistado. Além disso, a depender das respostas obtidas, o roteiro das perguntas pode ser alterado e novas questões, não previstas pelo organizador, podem ser acrescentadas. A principal característica deste tipo de entrevista é a flexibilidade capaz de favorecer uma melhor compreensão do objeto de análise em questão.

Segundo Haguette (1997, p. 86), as entrevistas podem ser definidas como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Enquanto dados objetivos podem ser obtidos por meios diversos que incluem censo e estatísticas, dados subjetivos relacionados aos valores, atitudes e opiniões dos sujeitos investigados, tem como meio privilegiado as entrevistas. No caso das entrevistas semiestruturadas, estas são muito utilizadas quando se deseja delimitar o volume das informações, direcionando para o tema e intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. Pela sua flexibilidade, a entrevista semiestruturada permite uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos e favorece a investigação, sobretudo, dos aspectos afetivos e valorativos que determinam as atitudes e comportamentos dos informantes. O modelo da entrevista que utilizamos para essa investigação podemos ver em anexo.

3.4.2 – Observação *In loco*

Assim como a entrevista, a observação também é considerada um importante método de coleta de dados, possibilitando ao investigador ter um contato mais direto com determinados aspectos da realidade que se procura apreender. Segundo Lakatos (1996, p. 79), a observação ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos entre os quais os indivíduos não têm consciências, mas que orientam o seu comportamento” e pode ser considerada como uma etapa intermediária entre a construção da hipótese e o registro dos resultados.

Mas apesar de ser considerada uma técnica de levantamento de dados aparentemente simples, sua aplicação exige cuidados, pois, pode acabar se revelando enganosa ao conter julgamentos e pré-conceitos que podem deturpar a experiência. Sendo assim, é indispensável efetuar processos sistemáticos para a verificação da qualidade da observação. A observação deve ser sistematicamente planejada e registrada, ao mesmo tempo em que deve estar relacionada ao contexto da pesquisa, estes são, portanto, aspectos essenciais para a obtenção de dados úteis e significativos. Somente assim esta técnica pode ser utilizada como critério para verificação e credibilidade das informações obtidas através das entrevistas, por exemplo.

A observação *in loco* (no local), que utilizaremos no decorrer desta pesquisa, é um ato aberto que surge das hipóteses que levantamos e pode ser considerada o único método de investigação social que capta, no ambiente e momento, os comportamentos em si mesmos, sem a necessidade de quaisquer documentos ou testemunhas. Tendo em vista as

especificidades do nosso estudo, empreendido por uma professora-pesquisadora em suas atividades de sala de aula, foi realizada uma observação participante, ainda que não houvesse sido estabelecida numa relação horizontal. Este tipo de observação é comum na investigação qualitativa e consiste em recolher dados a partir do envolvimento no contexto social que se escolheu estudar (MARSHALL & ROSSMAN, 1989, p. 79).



අර්ථයෙන්ම ද චරිතයන්ගේ චරිත
රැස්වැටීම

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse item iremos apresentar e discutir os dados da nossa pesquisa, colhidos com a entrevista semiestruturada. De acordo com a estrutura da nossa entrevista e os objetivos que nortearam nossa investigação, as respostas obtidas foram divididas em seis categorias: A noção de patrimônio artístico e cultural; importância de uma discussão sobre Patrimônio local em sala de aula; importância da Preservação do Patrimônio local; valorização referente ao CCSF; a visita da Escola ao CCSF; Educação Patrimonial no currículo escolar.

A apresentação das entrevistas e seus resultados serão pontuadas por observações analíticas com o objetivo de compreender melhor os temas que as perpassam.

4.1 – A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

Aluno A: É um lugar que existe há muito tempo e que várias pessoas deve zelar por aquilo para que continue na história

Aluno B: É uma coisa que deve ser preservada por que pode ensinar pessoas que ainda não viram ... eles estão lá para ser admirado.

Aluno C: Entendo que é um lugar bem cuidado e que possa ensinar muitas coisas pra gente e que é sobre a história deles que é importante nós sabermos.

Aluno D: São coisas que são antigas e que tem um valor histórico para nós e para o governo... que são coisas que tem valor que todo mundo gosta e que acha bonito e que é muito e muito antigo e que todos preservam para ficar para o futuro para estudar para gerações para saber o que tinha antigamente o que que eles faziam.

Aluno E: Entendo que é um lugar onde antigamente tinha alguma coisa e hoje se preserva pra as futuras gerações irem lá e ver o que era antigamente

Aluno F: Eu entendi que é uma cultura do passado que a gente tá revivendo hoje.

Antes de nos dedicarmos a fala dos alunos, gostaríamos de relembrar que iniciamos este trabalho procurando discutir sobre o conceito de Patrimônio e os usos e abusos deste termo muito em voga na Academia atualmente. Nos esforçamos por abordar seus significados variados e a sobreposição de valores que vêm se acumulando num processo que agregou à

expressão patrimônio os adjetivos históricos, artísticos e, finalmente, cultural. Este último, um termo de aspecto abrangente que engloba e qualifica os anteriores, afinal, o que é histórico e artístico é também cultural; e toda cultura contém expressões artísticas que merecem tornarem-se históricas. Sem dúvidas são questões que exigem aprofundamento teórico, para o qual não há espaço neste momento, pois o que concentra nossa atenção é a compreensão do conceito por parte daqueles que estão distantes das discussões travadas em âmbito acadêmico e que não possuem em seu currículo escolar, repleto de conteúdos tradicionais considerados fundamentais para uma formação intelectual clássica, um espaço dedicado à educação patrimonial. Trata-se, sobretudo, de noções baseadas no senso comum, no saber reproduzido superficialmente e, em determinados casos, de *insights* individuais que revelam autenticidade e consciência crítica.

Assim, para o conjunto de alunos entrevistados, patrimônio artístico e cultural é, sobretudo, histórico pois o que o define é sua sobrevivência ao tempo. O valor do patrimônio consiste, para a totalidade dos nossos alunos, em sua antiguidade. É por esse motivo que devemos “zelar” por eles, para que as pessoas vejam e saibam como as coisas eram no passado. O primeiro elemento que podemos ressaltar destas impressões é que a maioria dos alunos não concebem patrimônio sem materialidade, pois é um “lugar” (alunos “A”, “C”, “E”) ou uma “coisa” (alunos “B” e “D”). Algo que possibilita “ver como era” (aluno “E”), sem mediação ou o olhar crítico proposto pela educação patrimonial, mas que pode ser visto como um museu ou as peças que ele guarda: antigo, importante e distante. Sua manutenção é essencial para que “continue na história” (aluna “A”) e deve continuar na história por que é uma sobrevivência do passado que pode “ensinar” algo fundamental para as “futuras gerações” (aluno “D”). Esta concepção está muito relacionada à finalidade atribuída à própria disciplina histórica e podemos supor que as noções aprendidas com a matéria de alguma forma perpassam as falas desses alunos.

Mas não podemos negligenciar a colocação do aluno “F”, para quem Patrimônio Artístico e Cultural é uma cultura do passado (dimensão histórica sempre presente), não um “lugar” ou “coisa”. Mas, ao mesmo tempo que é do passado, é presente pois, ao entrar em contato com esta cultura, nós estamos “revivendo” este passado, não apenas vendo, ou aprendendo. É, sem dúvida, uma possibilidade mais atraente para alunos exaustos por estarem obrigados a uma postura passiva no processo ensino-aprendizagem e de fato, não deixa de ser uma proposta da Educação Patrimonial. Não a de reviver culturas passadas (por uma impossibilidade óbvia), mas de as conhecer, reconhecer e ressignificar.

De forma geral, a entrevista mostra a vinculação quase direta e exclusiva entre um patrimônio que se reporta a um lugar capaz de uma recuperação de culturas passadas substanciadas em objetos materiais. A ideia de um patrimônio imaterial, que abrange expressões culturais e tradições diversificadas, embora seja uma das discussões de grande destaque atualmente, permanece alheio à escola em questão. E por que seria tão importante uma discussão sobre patrimônio imaterial? Sobretudo por que é a sua constituição que preserva a diversidade cultural frente a um projeto de globalização hegemônico e também por que é um dos principais meios de reconhecimento de uma “Cultura Popular”.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi a dimensão estética atribuída à noção de patrimônio desenvolvida pelos alunos “B” e “D”. Para o primeiro, além de ensinar, o patrimônio deve ser “admirado” e para o segundo é uma coisa que “todo mundo gosta e acha bonito”, estando as três coisas: unanimidade, gosto e beleza, relacionadas. A beleza do patrimônio não se discute ou é relativizada, não é opção ou subjetivo e pressupõe um olhar hegemônico estabelecido. Ficou claro ao longo das observações empreendidas, além das entrevistas, que o valor, inclusive o estético, atribuído ao patrimônio está relacionado ao seu caráter artístico, não apenas ao seu caráter “histórico”, que paira como se não fosse uma construção, uma seleção feita de acordo com possibilidades e interesses. Não obstante, o aluno “D” intui e expressa a questão pois, para ele, patrimônio tem “valor histórico para nós e para o governo”. Vejamos que sabiamente o referido aluno compreende que o patrimônio é algo pertencente à sociedade e ao Estado e involuntariamente nos remete à questão política em torno da constituição de patrimônios e da ação governamental por trás de sua manutenção. A dimensão tanto estética quanto política do Patrimônio vêm sendo explicitada em debates recentes e neste ponto concordamos que,

(...) muitas cidades que pretendem ser atrativas para o consumo investem no seu potencial cultural, valorizando principalmente a dimensão estética e imagética dos remanescentes materiais do passado representados por suas edificações patrimonializadas, estilizadas e adornadas para se adequarem aos interesses econômicos e às finalidades de uso presente. A compreensão dos mecanismos que balizam tal estratégia se dá pela análise dos meios de produção, circulação e consumo dos bens culturais, explicitados nas obras de Bourdieu (2004), Baudrillard (1972; 2007) e Featherstone (1995). (CIFELLI, 2012, p.121).

4.2 – IMPORTÂNCIA DE UMA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO LOCAL EM SALA DE AULA

Aluno A: ... a professora de história falou que existe muitos lugares que nós devemos ir e em cada cidade tem um ponto que é um patrimônio histórico e que nós devemos ir, que é muito bom aprender coisas diferente.

Aluno B: Como é meu primeiro ano aqui estudando eu não tinha estudado [sobre patrimônio], mas eu estudei em Pernambuco...Mas pelo que eu vi aí o patrimônio histórico e cultural daqui também é bom.

Aluno C: ...pode ensinar mais sobre agente, por que a gente não sabe como foi o passado e devemos saber como foi e como é hoje, as mudanças que aconteceram por que mudou muita coisa.

Aluno D: Por que eu conheceria as coisas que influenciou e pode influenciar até hoje minha vida, nossa história... por que são coisas de gerações que nossos pais e nossos avós já conheceram e tem uma importância muito grande para nossa cidade e para o Brasil inteiro.

Aluno E: Por que eu queria saber como era o passado dessa cidade, como é que construiu e na maioria eu não sei, tô aprendendo agora.

Aluno F: a gente tem que saber mais sobre o passado pra gente ter que saber mais sobre o presente da nossa cultura.

As cidades têm se transformado de forma acelerada não apenas em suas formas, mas também em suas funções. Nesse contexto, a permanência na paisagem de objetos remanescentes do passado e as iniciativas de apoio e divulgação de expressões culturais “populares” ou “locais” é resultado de uma combinação de fatores de ordem política, ideológica, cultural e econômica. Vimos que, em geral, este patrimônio local assim é devido ao valor que lhes é atribuído pelos órgãos preservacionistas que os relacionam à identidade, história, memória e referências culturais de um povo. Discutir essas questões em sala é permitir aos alunos a apropriação de um debate em torno de algo que lhes diz respeito de forma imediata: sua cidade, território de disputas políticas e simbólicas, e a constituição de uma identidade que lhe é atribuída. Até que ponto e de que forma os jovens alunos de nossa cidade se sentem pertencentes e participantes desta identidade local? O que ressalta das posições adotadas é uma carência por um conhecimento que lhes ensine mais sobre si mesmo, pois os alunos mencionados nunca antes haviam compartilhado ideias sobre o Patrimônio de sua cidade.

Em primeiro lugar, voltamos a observar que o “patrimônio local” refere-se unanimemente ao passado. Mas também, tal qual podemos destacar da fala do aluno “A”, ao valor turístico. O que este aluno assimilou em seu aprendizado sobre patrimônio é que ele está relacionado com pontos turísticos de uma cidade que devem ser visitados e podem ensinar algo, o que de fato, não deixa de ser uma afirmação do senso comum.

Mas alguns dos outros alunos entrevistados reconheceram o patrimônio histórico da cidade de João Pessoa, não apenas para o deleite dos “de fora”, mas como “nosso” (“D” e “F”) “da gente” (aluno “C”), termos sob os quais não deixamos de reconhecer a afetividade e pertencimento. Assim como, no sentido contrário, termos como “dessa cidade” (aluno “E”) bem como a abordagem impessoal dos alunos “A” e “B”, denotam distanciamento por razões diversas, facilmente reconhecíveis no caso do aluno “B”. Em todo caso, concordamos que,

O sentimento de pertença a algum lugar e a um grupo decorre de fatores diversos, alguns que parecem dialogar e complementar-se e outros que a um primeiro olhar se confrontam. Descodificamos esse sentimento percebendo a história mas também a memória coletiva; dando conta da diferente estrutura de relações conforme as consideremos ao nível local, nacional ou global; percebendo os diferentes modos de circular no espaço mas também a desigualdade no acesso à informação etc. Estes e outros fatores definem uma teia complexa que estrutura e dá consistência ao sentimento de pertença. (CUNHA, 2008, p. 148)

Sendo assim, a vinculação estabelecida entre os sujeitos e os lugares que habita ou percorre confere à noção de *espaço* a importância de uma categoria analítica decisiva no entendimento das sociedades. E para além das questões territoriais, as entrevistas analisadas nos dão a entender que a importância em se estudar patrimônio histórico se deve ao fato de que é “nossa história”. Uma história que revela as mudanças e permanências ao longo do tempo, que influenciou e ainda influencia a vida das pessoas e que pode explicar o presente, ou, “nossa cultura”. São discursos que explicitam a ânsia de explicar o agora pelo passado, uma busca por se conhecer e reconhecer dentro de uma história. Nesse sentido, patrimônio local encontra-se vinculado aos temas relacionados à “história local”, que não tem espaço no programa curricular do ensino fundamental e que é vagamente referenciada no ensino médio. Essa ausência deixa margem para, além do desconhecimento, uma exclusão. Ou, de outra forma, a uma pertença formal, desprovida de significado, pois, só “significa” aquilo de que nos apropriamos. Sem o conhecimento a apropriação nunca acontecerá de forma legítima e continuará a oscilar entre os discursos de pertencimento e exclusão. De acordo com Luís Cunha (2008),

Qualquer espaço implica fronteiras e, nesse sentido, gera uma dialética entre pertença e exclusão, sendo essa dialética que se alimenta de mundos imaginados. Imaginados mas não irreais: tanto os discursos que apontam e determinam identidades como qualquer negociação simbólica de fronteiras, têm um efeito real, quer dizer, produzem sentimentos vinculativos. (p. 148).

4.3 – IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL

Aluno A: devemos valorizar para que outras pessoas de outros lugares possa visitar para conhecer o patrimônio de nossa cidade.

Aluno B: Todo patrimônio deve ser valorizado para o povo que vem visitar. Daqui eu não sei direito mas de lá [Recife] eles valorizam.

Aluno C: por que muita gente querem ver ... não é só agente que se interessa, muita gente de fora, turistas quer saber como é e tem que estar bem cuidado.

Aluno D: Por que ninguém parou pra pensar nisso, nunca ajudou a preservar isso, nunca foi pra visitar, ajudar.

Aluno E: Preservar o que era antigamente é bom por eu tem povo que quer fazer shopping, quer fazer aquilo naqueles canto e você tem que preservar né?

Aluno F: Por que tem que valorizar o patrimônio, a história, o que era antigamente e como é que tá hoje... por que tem alguns que valoriza e outros não por que acha que é qualquer coisa pra eles.

A questão sobre a preservação do patrimônio local implica em duas questões essenciais e a primeira é delas é: preservar para quê? Em geral a entrevista mostrou que os alunos acreditam que se deve preservar para ser visto por outras pessoas, por que é antigo (valor histórico) ou por uma valorização que se justifica em si mesma como uma atitude contrária a negligência das pessoas que “nunca foi pra visitar, ajudar” (aluno “D”), ou que “acha que é qualquer coisa pra eles” (aluno “F”). Uma indignação dirigida àqueles que não respeitam os monumentos, embora não deixem claro o “porquê”. Em todo caso, poderíamos observar uma espécie de mistificação do espaço local sustentada em pressupostos de auto justificação e um entendimento acrítico do conceito de patrimônio desempenha um papel fundamental neste quadro.

Já a segunda questão, que perpassa as argumentações em prol da preservação, diz respeito a preservar “para quem?” E dos seis alunos entrevistados, três enfatizam o “outro”. Esse outro são os que “vem de fora” ou “visitantes”. E é impossível não notar que trata-se de uma associação comum entre Patrimônio e Turismo que pode ser observada a partir da mercantilização da cultura e a dinâmica territorial do turismo nos territórios patrimonializados.



Foto 1: Vista aérea do conjunto arquitetônico São Francisco
Fonte: <http://www.de.ufpb.br/~ronei/JoaoPessoa/sfrancisco.htm>

Estudos apontam que foi no início dos anos 70 que a relação intrínseca entre cultura e mercado se evidenciou de forma mais significativa com a comercialização da história por meio de seus objetos e paisagens (HARVEY, 1998, p. 64). Esta situação foi evidenciada pela proliferação de museus, e monumentalização excessiva dos bens culturais constituintes de uma verdadeira indústria da memória patrimonial capaz de inserir determinados centros urbanos nos circuitos culturais de visitação turística. A partir daí são criadas instâncias de consagração e difusão mercadológica do patrimônio que procuram difundir a ideia de um passado idealizado, amparado por um patrimônio estetizado, feito sob medida para o turismo. Trata-se de um processo em que os elementos da paisagem urbana, como o patrimônio cultural, tornam-se uma das principais estratégias de marketing urbano destinadas a tornar determinada cidade mais atrativa e competitiva com o incremento de atividades econômicas diversificadas. O maior dano causado neste processo consiste na criação de representações

estereotipadas e distorcidas sobre lugares turísticos que reduzem a complexidade e a diversidade histórica, social e cultural dos lugares.

Neste ponto da análise, gostaríamos ainda de ressaltar a colocação do aluno “E” que, ainda que provavelmente sem intenções, enuncia uma acirrada disputa territorial entre o Novo e o Velho (Antigo x Moderno) no cenário urbano. Trata-se de uma argumentação que enseja reflexões sobre o espaço urbano e o desenvolvimento de novas infraestruturas. É um debate que alcança, à sua maneira, o pensamento dos alunos, pois, qualquer observação mais atenta do universo juvenil será capaz de se dar conta de que, não obstante o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e informação, se faz visivelmente urgente a necessidade de pertencer a um território antigo, de urbanidade. Tal sensação de “urbanidade” está, de certa forma, relacionada com o sentimento de familiaridade, de origem e de memória, elementos que são, por sua vez, fundadores de uma identidade. São questões que também não deixam de exprimir a ambiguidade e a tensão da atualidade face a globalização e a uniformização dos modos de vida. De qualquer forma, os shoppings (referenciados pelo aluno “E”) não deixam de ser um bom exemplo deste processo e é significativo pensar que lugares históricos, que comumente evocam o romantismo e obscurantismo associado às eras passadas, sejam justamente o refúgio de grupos “alternativos” de jovens como àqueles que podemos observar reunidos diariamente no entorno do CCSF. Lugar que, apesar de todo o apelo propagandístico permanece às margens, frequentado por grupos de turismo esporádicos ou expedições escolares pontuais, não deixa de parecer um tanto quanto “invisível” para a grande maioria da população pessoense e como apontado pela socióloga Júlia Catarina Tomás (2010) a busca pela invisibilidade é cada vez mais um ato de subversão pós-moderna na cultura urbana.

Dessa forma, passada a euforia das grandes inovações urbanas, de forte apelo moderno e comercial evidente, muitos são os que se colocam em defesa nostálgica do território urbano, valorizando-o do ponto de vista histórico. Segundo Leite (2010), “as tentativas de um ‘retorno à urbanidade’ incitam a busca pela história dos lugares, a valorização de territórios onde os sujeitos possam se re-apropriar de sua existência, embora às vezes realizem uma *mosen em scène* para a promoção do turismo” (p. 153). Portanto, mudam as formas de se relacionar com a cidade e com seus monumentos e não podemos estar desatentos à constante evolução das formas e maneiras de experienciar os espaços citadinos.

4.4 – SOBRE A VALORIZAÇÃO DO CCSF

Aluno A: Observei que lá tudo tá sendo muito zelado: as imagens, os objetos de antigamente e o povo que trabalha lá quer permanecer com aquele zelo por isso que a todo momento eles olha pra gente como quem tá com medo da gente tocar e quebrar.

Aluno B: Também é valorizado... a mulher mesmo lá falou que não podia limpar por que poderia tirar a camada de ouro que tem... a pintura... aí ela quer zelar por aquilo para que ainda fique lá (...).

Aluno C: as imagens, as coisas... cercada de vidro, as peças sendo limpadas e não pode tirar fotos.

Aluno D: Vi mas acho que não muito está sendo preservado por que várias coisas tá se despedaçando, acabado, esses negócios...

Aluno E: É um pouco cuidado, mas o problema é por que os povos em vez de preservar mais isso quer fazer mais shopping, mais coisas...

Aluno F: Sim ele tá sendo bem preservado, bem visitado, muitos turista tá vindo lá olhar que é uma Igreja, muito bonita e bem construída e faz parte da nossa história.

A observação empreendida, desde meados do ano passado, entre os alunos do 9º ano/diurno da E.E.E.F.M.T.L. revelou fatos interessantes que ajudaram a compreensão da nossa investigação. Em primeiro lugar, poderíamos ressaltar que, em sua ampla maioria, a turma não sabia o que eram patrimônios históricos, artísticos e culturais e, por conseguinte, não atribuíam importância à sua valorização. Sobre o CCSF, à exceção de dois alunos, de um conjunto de 30, a turma desconhecia sua existência ou conhecia apenas por “ouvir falar” de forma bastante vaga e indistinta do conjunto que compõe o centro histórico de João Pessoa e atribuíam isso ao fato de não terem contato com nenhum tipo de divulgação na televisão ou internet que, são, na opinião dos jovens, o principal veículo de informação. Após a visita, realizada no dia 25 de março de 2014, as observações e entrevistas que a sucederam revelaram uma mudança fundamental nessa postura de indiferença, anteriormente observada pois os jovens se colocaram, de forma unânime, a favor da valorização do patrimônio e em especial do Centro São Francisco. A partir daí fica clara a importância dos passeios promovidos pelas escolas como forma de educar sobre a preservação do patrimônio histórico bem como instrumento de ensino e divulgação da importância das riquezas culturais do país.

Quanto à forma como os alunos entendem a valorização, as entrevistas deixaram explícita a associação que eles fazem com o cuidado material, vigilância e restrições impostas ao contato. O aluno “A” expressou suas impressões afirmando que que os funcionários os olhavam “como quem tá com medo de agente tocar e quebrar”. Dois dos alunos utilizaram o verbo “zelo” para referir-se aos cuidados tidos para com o lugar e fica claro que o eles entendem como valorização relaciona-se, sobretudo, à preservação que nada mais é do que a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural.

O aluno “D” é o único dos entrevistados a considerar que o ambiente visitado não está sendo bem conservado com base na observação de coisas se “despedaçando”. Talvez a maioria dos alunos tenham focado nas atitudes tomadas pelos funcionários que orientavam à visita, mas não ao que não estava sendo feito, num sentido mais abrangente, para a preservação do espaço e dos objetos que o constituem. Existe um padrão nacional e internacional de preservação de monumentos históricos importantes e representativos como é o caso do CCSF, mas mesmo um olhar desatento pode perceber a negligência para com o lugar em muitos aspectos como por exemplo na ausência de proteção com a cerâmica externa da Igreja que datam do século XVII e XVIII, mas que se deteriora a olhos vistos perante à ação do tempo e das pessoas. São coisas que talvez um turista habituado às visitas em pontos históricos houvesse notado, mas não os nossos alunos, encantados com a oportunidade de contato com o Patrimônio de sua cidade.



Fonte: <http://porcelanabrasil.blogspot.com.br/2012/06/azulejos-antigos-na-igreja-de-sao.htm>

Figura 3: Capela no interior da Igreja, com rica talha.

Já o aluno “E” considera que o CCSF é “um pouco valorizado”, mas continua preocupada com a maior valorização dentro do espaço urbano das construções modernas, nomeadamente “shoppings”, em detrimento dos monumentos históricos. Enquanto o aluno F demonstra seu orgulho pelo lugar está sendo “bem visitado”, pois muitos turistas têm vindo olhar para a Igreja “muito bonita e bem construída” que faz parte da “nossa história”. A disputa evidenciada pelo embate “Moderno x Antigo” continua e se relacionar com o turismo o que nos leva a refletir sobre a existência de uma convergência entre valorização e mercantilização do patrimônio local ou de uma incongruência inerente a esta relação. Uma questão que evidencia a potencialidade turística no Conjunto Franciscano de João Pessoa atrelada a sua importância para a valorização do indivíduo e dos grupos por reforçar sua autoestima.

A questão é que, ao mesmo tempo em que houve um aumento no número de pessoas que procuram algo diferente do turismo característico dos trópicos (sol e mar), e se dedicam a roteiros turísticos “Cult”, é verdade também que esse tipo de turismo, tido como uma forma de se buscar conhecimento é, na maior parte das vezes, superficial pois pouco estimula os visitantes a pensar sobre seu valor e a importância cultural inerente à relação que mantém com a comunidade local. Em outras palavras, entre flashes e guias profissionais, sobra muito pouco espaço para pensar sobre a dinâmica da cultura visitada (Meneses, 2004, p. 21). Por outro lado,

(...) o turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, em um lugar específico, um determinado período do tempo, que deu origem a essa comunidade. Permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, da reconstrução da história, de verificação de fontes. (Barreto, 2000, p. 49)

4.5 – A VISITA DA ESCOLA AO CCSF

Aluno A: lá tem um pouco da história dos tempos antigos, mas eu queria visitar outros ‘museis’ para ficar sabendo de mais coisas ainda

Aluno B: Deu até interesse, quando eu cheguei em casa eu fui até pesquisar sobre aquela Igreja.

Aluno C: As coisas do passado que aconteceram lá e a Arte, as esculturas que são legais. Desperta [interesse] por que a gente pode aprender mais sobre a história do nosso passado que a gente mal sabe...

Aluno D: Muitas coisas sobre o rio sanhauá e muitas coisas que nunca ouvi falar. Sobre arte pelos estilos barrocos que tem na Igreja

e várias pinturas que tinha lá... É a primeira Igreja que eu tinha visto que era tão delicada e tão bonita daquele jeito...Por que é uma coisa tão importante e tão bonita que eu nunca imaginei que eu poderia ver e que é importante para nossa geração e também por que é importante para preservar e para nós estudar depois.

Aluno E: *Ensinou sobre os padres antigamente, a Igreja.*

Aluno F: *...lá você vai aprender mais coisas da nossa cidade, que construiu, tudo lá você aprende.*

O passeio ao CCSF foi planejado em conjunto pela diretoria e professores de artes e história da E.E.E.F.M.T.L e atendeu também aos interesses deste trabalho de pesquisa. Sendo assim, após agendamento no local, a turma do 9º participou da referida aula de campo sob minha coordenação. A turma se mostrou bastante disposta desde o início e o passeio transcorreu de forma tranquila enquanto os alunos foram orientados e ensinados pelos guias locais a respeito da história do conjunto arquitetônico.

Como ressalta das entrevistas com os alunos “A”, “B” e “C”, ao serem consultados depois sobre a experiência, os alunos demonstraram um interesse desperto por museus e história local. O aluno “D” é o que demonstra com maior expressividade o encantamento desperto pela visita, revelado sobretudo pelo apreço estético relativo a uma experiência incomum. O contato com uma Igreja “tão bonita e delicada” deixa entrever um choque estético tendo em vista que, de fato, trata-se de um local que evoca grandiosidade e está carregado de uma complexidade estética de difícil compreensão mas de fácil encantamento. Os alunos “E” e “F” também afirmaram um interesse desperto após o passeio e suas falas deixa entrever que visitas como essa são entendidas como uma extensão da escola pois “tudo lá você aprende”.

Parece haver um carisma inerente às coisas antigas, uma nostalgia caracterizada pela ausência de algo que nem mesmo se conheceu. O ser humano elabora, constrói e convive com diferentes tipos de objetos e tecnologias mas é evidente a importância não apenas cultural, mas também sentimental que deve ser atribuída à preservação do legado Histórico pelo qual se acaba nutrindo um afeto inexplicável. Embora a juventude sempre pareça mais “contemporânea” e aberta às novidades do tempo, os comentários observados após a visita demonstram que os alunos estabeleceram, por um breve momento, uma relação quase mágica de estima com o local visitado.

Isto nos leva a refletir que mais importante e apropriado do que aumentar o número de patrimônios tombados – medida imediatista e pontual que quase nunca significa real proteção

da cultura - ou promover um turismo mercadológico, seria a preservação com fins de aprendizado, vivência e estímulo intelectual. A entrevista revela esta possibilidade que também é uma carência.

No entanto, nem só de passado vive o CCSF e ao longo do passeio fomos apresentados a uma amostra permanentemente organizada sobre “Cultura popular” brasileira, composta por mais 2000 peças originadas das mais diversas regiões do país e de variados gêneros, com pinturas, esculturas, xilogravuras, fotografias, desenhos, objetos e cerâmica. Com o objetivo de ser uma “amostragem” a escolha das peças remete a uma certa tendência para representar a cultura brasileira, já que essa mostra foi criada para que “o Governo brasileiro pudesse apresentar o alto nível do espírito criador do homem brasileiro, na esfera da arte popular” (Centro Cultural de S. Francisco, 2005, p. 4). Outro objetivo desse projeto é proporcionar aos estudantes do ensino fundamental e médio a familiarização com o universo das artes, através da leitura e do fazer artístico.

As visitas realizadas no local são guiadas por guias da própria instituição. Em observação anterior a algumas dessas visitas, bem como a visita de que estamos tratando, percebi que as mesmas duram em média trinta minutos e são mostrados principalmente o claustro, a nave, o forro e o púlpito da Igreja São Francisco, a Capela Dourada, a Sacristia, a Capela da Ordem Terceira, o coro e um rápido passeio pelas exposições de arte sacra e arte popular. Pode parecer uma boa quantidade de lugares para se conhecer dentro do Centro, mas o fato é que essas visitas são feitas rapidamente dentro dos horários rigorosamente cronometrados dos city tours.



Figura 4: Passeio dos alunos da E.E.E.F.M. Tenente Lucena
Fonte: Arquivo Pessoal

4.6 – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

Aluno A: É importante para as outras pessoas também ficar sabendo do pouco que a gente aprendeu sobre patrimônio histórico.

Aluno B: Eu acho que sim, que deve [Educação Patrimonial], pois mostra que o aluno aprendeu ou que ainda falta aprender mais coisas sobre o Patrimônio Histórico Cultural da cidade dele.

Aluno C: Acho por que pra eles vê que a gente não ensina só essas coisas do futuro e do presente mais que as coisas do passado que a gente deveria saber mais.

Aluno D: Isso ajudará muito por que no futuro nós poderemos ensinar para nossos filhos e netos como era antigamente pra, no colégio, eles também ter um entendimento melhor para valorizar as coisas.

Aluno E: Pra saber que a gente já estudou sobre aquilo e sobre o passado pra gente aprender mais.

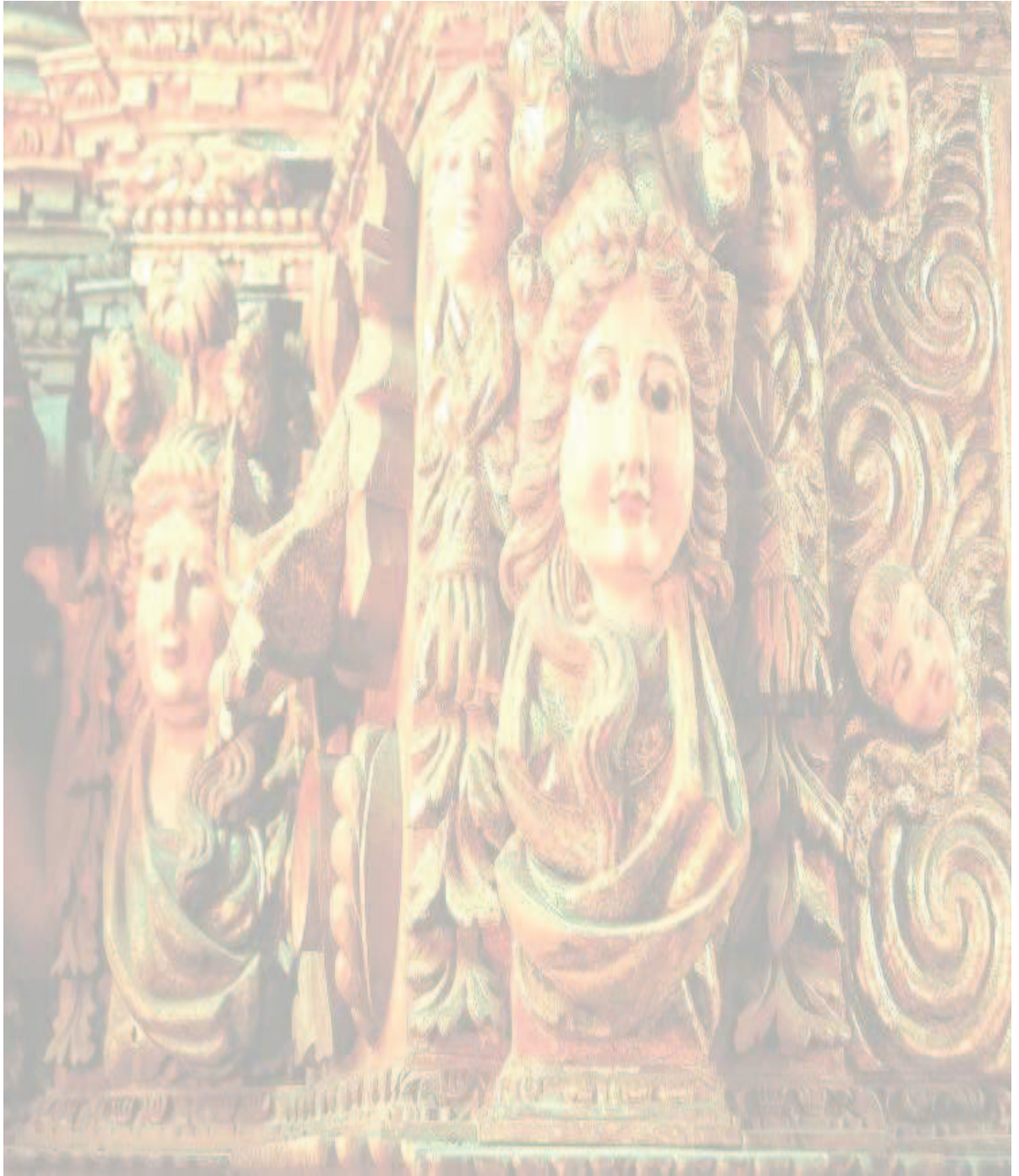
Aluno F: Por que assim todos os alunos eles tem que aprender, tem o direito de saber o que é a história da nossa cidade, da nossa cultura e valorizar mais e mais.

Após a visitação ao CCSF, todos os alunos entrevistados se colocaram na defesa de uma Educação Patrimonial em sala de aula. Embora ainda não tenham recebido, de fato, conteúdo específico da Educação Patrimonial, o aluno “A” já parece se considerar um privilegiado e gostaria que as outras pessoas também soubessem “do pouco que a gente aprendeu sobre patrimônio histórico”.

Para o aluno “D”, além de proporcionar um aprendizado que atravessará gerações, a Educação Patrimonial também promove um “entendimento melhor para valorizar as coisas”. E, neste ponto, o entrevistado apresenta um ponto essencial daqueles que se colocam na defesa de uma Educação Patrimonial: o conhecimento incentiva a real valorização”. Trata-se, nas palavras do aluno “F”, de um “direito de saber o que é a história da nossa cidade”.

Todo o conjunto da entrevista revelou a necessidade de um espaço dentro do currículo para debater questões relativas à preservação e à modernização de uma região, refletir sobre planejamento urbano (disposição de ruas e técnicas de construção, por exemplo) ou entender as relações entre passado e presente (via observação e interpretação de um espaço). É

essencial que os alunos compreendam a necessidade de preservar um bem arquitetônico, pois ele revela informações sobre a formação da região. Entre outros aspectos, as construções apontam as relações com o meio ambiente, as necessidades de certa época e as inspirações artísticas. O valor cultural de cada obra abre um debate sobre o significado da arte e como ela está inserida na comunidade. As peças marcam a identidade da paisagem urbana. Estimular a apreciação e a crítica artística acentua o diálogo entre as produções regionais e a diversidade da arte universal.



രണ്ടാംകാലഘട്ടത്തിലെ കലകൾ

Nosso trabalho de investigação acabou por entrelaçar, em seu desenvolvimento, questões complexas como patrimônio, memória, cultura, história local, identidade e educação com o objetivo de compreender como esses elementos se relacionam na relação estabelecida entre o Centro Cultural São Francisco e a população estudantil de João Pessoa. Ainda no primeiro capítulo vimos como o conceito moderno de patrimônio se desenvolve na Europa do século XIX em consonância com o projeto de construção de uma identidade nacional que atende as demandas políticas de determinado Estado Nação. Vimos também que, no Brasil, o governo centralizador de Getúlio Vargas foi o principal responsável pelo projeto de construção de uma identidade brasileira apoiada pela história nacional oficial. Em tempos recentes, a patrimonialização de bens materiais e imateriais tem servido a conformação e fortalecimento de uma identidade local também amparada pela história, mas também por expressões culturais peculiares. O Estado, portanto, desempenha o papel de articulador da ligação entre o passado e o presente a partir da determinação de *lugares notáveis* que logo se transformaram em *lugares de memória*. Para tanto, foram criados órgãos oficiais como o IPHAN e o IPHAEP no caso específico da Paraíba.

Num segundo momento, afirmamos que o processo de patrimonialização corresponde a um “dever de não esquecer” que serve de matéria prima à memória social diretamente instruída pela história. Nosso objetivo foi tratar dos usos políticos da memória e do esquecimento que perpassaram insistentemente a nossa investigação. No entanto, observamos que essa memória instruída, cristalizada pela escrita, pode vir a ser relida de forma diversa por parte daqueles que a recebem numa relação assimétrica de poder (Paul Ricouer). Trata-se de uma reapropriação por parte do homem ordinário (Michel de Certeau) que a transforma e ressignifica.

Ao lidarmos especificamente com o CCSF vimos que, ao mesmo tempo em que possui uma visibilidade propagandística relativamente superior a outras construções tombadas, permanece “invisível” a uma enorme parcela da população pessoense, notadamente entre os estudantes em formação escolar e mesmo nos casos em que este importante patrimônio é apresentado aos alunos, resta nos indagarmos qual o real resultado do contato com esta herança cultural local. Afinal, se o CCSF é representante de uma cultura religiosa dominante e hegemônica e de uma arte erudita, nossa preocupação se concentra na maneira como está sendo estabelecida a ponte que a impõe como memória de uma coletividade culturalmente diversificada. Foi o que procuramos estabelecer com uma investigação centrada nos alunos da disciplina de Artes do 9º ano da E.E.E.F.M. Tenente Lucena a partir de uma perspectiva

metodológica amparada pela pesquisa qualitativa que utilizou com instrumentos metodológicos a observação *in loco* e a entrevista semiestruturada.

Já numa fase exploratória da nossa pesquisa, constatamos a ausência de qualquer noção estruturada sobre o conceito de Patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como o desconhecimento, por parte da ampla maioria dos alunos participantes, de conhecimento a respeito do Centro Cultural São Francisco em João Pessoa-PB. Nesses primeiros momentos de observação, pudemos notar que o discurso de preservação soava de forma muito vaga aos alunos que desconheciam o real sentido de valorização patrimonial.

A visita realizada, sob minha coordenação, ao CCSF, permitiu que os alunos desenvolvessem maior noção a respeito da temática e obtivessem novos elementos para a formulação de impressões individuais. As entrevistas que se seguiram a visita resultaram em formulações cujas principais características estão expostas a seguir.

Em primeiro lugar, o Patrimônio é visto pelos alunos, antes de tudo, pelo seu caráter histórico (de antiguidade) e o Patrimônio histórico, artístico e cultural somente é percebido em sua materialidade pois, trata-se sempre de uma “coisa” ou um “lugar”; um passado que se pode ver e que devemos preservar para as futuras gerações. Além disso, foi dada, por parte dos alunos, grande atenção à dimensão estética, considerada como característica inerente ao patrimônio. A exceção de um participante, observações relativas aos aspectos políticos (ação governamental) e o jogo de interesses por trás da escolha e manutenção de um Patrimônio histórico, artístico e cultural. Pudemos observar também que, ao mesmo tempo em que o uso de termos possessivos denota reconhecimento e pertença do aluno em relação ao patrimônio visitado, este é considerado, principalmente, um lugar para os “outros” conhecerem. E as falas deixaram transparecer a associação direta feita pelos alunos entre patrimônio e turismo, o primeiro tendo como uma de suas razões essenciais de existência o atendimento às demandas ocasionadas por este último. Em diversas ocasiões, as entrevistas deixaram transparecer questões relativas às transformações de infraestrutura e dinâmica das cidades pós-modernas nas quais se confrontam o antigo e o moderno no espaço urbano. E, por fim, mas não menos importante, o reconhecimento, por parte dos alunos, do patrimônio como elemento fundamental de aprendizado da história local. Sendo assim, todos os alunos participantes, inclusive os que eram indiferentes à questão da valorização patrimonial, se posicionaram, após a visita, em defesa da preservação e da implementação de conteúdos da Educação patrimonial no cotidiano de sala de aula.

Por fim, podemos afirmar que a evolução conceitual do termo Patrimônio acabou por investi-lo do poder de atuar como ponte referencial que garante uma “intercomunicabilidade” não apenas entre gerações, mas também entre culturas. E estudos em diversas áreas apontam a importância da temática do Patrimônio histórico, artístico e cultural no âmbito da Educação escolar, pois essa inserção possibilitaria debates profícuos em torno de questões como a inclusão social, valorização e preservação. Este trabalho partiu do interesse em investigar as possibilidades de desenvolvimento dessa discussão delimitando, como campo de estudo, uma unidade escolar da rede pública de ensino da cidade de João Pessoa.

6. REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papirus, 2000
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 149. v. 1.
- BÓSI, Eclésia. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- CENTRO Cultural de S. Francisco. *Edição comemorativa dos 15 anos do Centro Cultural de S. Francisco*. João Pessoa: Centro Cultural de S. Francisco, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CIFELLI, Gabrielle. *Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador. e-cadernos ces* [Online], 15 | 2012, posto online no dia 01 Março 2012, consultado o 03 Maio 2014. URL : <http://eces.revues.org/982> ; DOI : 10.4000/eces.982
- COSTA, J. C. *A filosofia de Augusto Comte e as origens do positivismo*. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1959.
- CUNHA, Luís. *Configurações espaciais e regimes de pertença*. In: CABECINHAS, Rosa;
- CUNHA, Luís. *Comunicação Intercultural – Perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras, 2008, pp. 147-167.
- GARCIA, Marco Aurélio. *A memória aprisionada*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1996.
- GARNICA, A. V. M. *História Oral e educação Matemática*. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) *Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/IPHAN, 2002.
- _____, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.
- GRAMMONT, Anna M. de. *Hotel Pilão: Um Incêndio no Coração Ouro Preto*. Sao Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Julieta. *O espaço da arquitetura e do urbanismo: uma componente sensível na compreensão das relações sociais da pós-modernidade*. In: Comunicação e sociedade, vol.18; 2010. pp. 149-156.

MAGALHÃES, Leandro H. ZANON, Elisa R. BRANCO, Patrícia M. C. *Educação Patrimonial: da teoria à prática*. Londrina: Ed. Unifil, 2009.

MENESES, J.N.C. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. 1991. *O patrimônio cultural entre o público e o privado*. In: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo. (ed.) “O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania”, pp. 189 – 194. São Paulo: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo.

MORAES, Ronei Marcos de. *Igreja de São Francisco - Convento de Santo Antônio*. Departamento de Estatística – UFPB.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Carla Mary S. "A Glorificação dos Santos Franciscanos do Convento de Santo Antônio da Paraíba: algumas questões sobre pintura, alegoria barroca e produção artística no período colonial". In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2006 Vol. 3 Ano III nº 4.

ORWELL, George. 1984. 29ª ed. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *Memória, história e esquecimento*. Texto apresentado na Conferência Internacional “Hounting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste, 2003.

SILVA, Lúcia. A trajetória de um conceito: *Patrimônio, entre a Memória e a História*. Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. *A invisibilidade como subversão pós-moderna na cultura urbana*. In: Comunicação e sociedade, vol.18; 2010. pp. 165-171.

7. APÊNDICE

Modelo de entrevista semiestruturada

1ª PARTE – Dados dos Estudantes

1.1 –Identificação:

1.2 –Série

1.3 – Idade

1.4 – Sexo

2ª PARTE – Dados sobre o Patrimônio Artístico e Cultural

2.1 – O que você entende por Patrimônio Artístico e Cultural?

2.2 - Você estuda ou já estudou conteúdos relacionados ao Patrimônio Artístico e Histórico da sua cidade? Sim () Não (). Justifique.

Você acredita que esses seriam conteúdos importantes para a sua formação? Por quê?

2.3 - Você considera importante a preservação e valorização do Patrimônio Artístico e Histórico de sua cidade? Por quê?

2.4 - Você acha que Patrimônio Artístico e Histórico de sua cidade é de fato valorizado pela população local?

2.5 - Após a visita, você considera que o CCSF está sendo bem preservado enquanto um importante Patrimônio da nossa Cultura Local? Justifique.

2.6 - O que a visita ao CCSF que ensinou sobre Arte e História da Paraíba?

2.7 A visita ao CCSF desperta em você algum interesse em aprender mais sobre a História de sua cidade? Por quê?

2.8 - Qual a sua opinião sobre a inserção dos conteúdos de Educação Patrimonial no Currículo Escolar?